



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

RESOLUÇÃO Nº 53, DE 28 DE MAIO DE 2018

Aprova a proposta do projeto pedagógico do Mestrado Profissional em Administração Pública.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias que lhe foram conferidas, e:

CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Superior em sua 50ª Reunião Ordinária, realizada nesta data;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 23255.004200/2018-82,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, a proposta do projeto pedagógico, conforme o anexo desta resolução, do Mestrado Profissional em Administração Pública para os Institutos Federais em Rede Nacional, que será submetido à análise e aprovação da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Art. 2º Estabelecer que esta resolução entra em vigor a partir desta data.



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Presidente do Conselho Superior**, em 05/06/2018, às 15:44, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0073563** e o código CRC **B04A1193**.

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO

ProfADM

**PROPOSTA DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA OS
INSTITUTOS FEDERAIS EM REDE NACIONAL**

Maio de 2018

SUMÁRIO

1. INSTITUIÇÕES DE ENSINO	3
2. CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA.....	4
2.1 Contextualização institucional e regional.....	4
2.2 Histórico do curso	9
2.3 Cooperação e intercâmbio	13
3. ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO E LINHAS DE PESQUISA.....	18
3.1 Linhas de Pesquisa	19
3.1.1 Administração da EPT.....	19
3.1.2 Administração da Inovação e Gestão Tecnológica na Área Pública	21
4. CARACTERIZAÇÃO DO CURSO E OBJETIVOS.....	24
5. PERFIL DO ALUNO.....	26
6. INFRAESTRUTURA.....	27
7. BIBLIOTECA	28
8. FINANCIAMENTO.....	29
9. DISCIPLINAS	30
10. QUANTIDADE DE VAGAS OFERTADAS POR TURMA	52
11. SOBRE O REGULAMENTO DO CURSO.....	53
12. REFERÊNCIAS	54

1. INSTITUIÇÕES DE ENSINO

O ProfADM é um curso gratuito, ofertado por uma rede de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, coordenado pelo Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC, que é o proponente e responsável pelas atualizações referentes ao curso na Plataforma Sucupira. Além dele, fazem parte da composição desta proposta, as seguintes instituições: Instituto Federal do Paraná - IFPR, Instituto Federal do Rio Grande do Sul - IFRS, Instituto Federal do Espírito Santo - IFES, Instituto Federal de Minas Gerais – IFMG, Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais - IF Sudeste MG, Instituto Federal do Ceará – IFCE, Instituto Federal da Paraíba - IFPB, Instituto Federal do Rio Grande Do Norte –IFRN e Instituto Federal do Mato Grosso -IFMT. Posteriormente, outros Institutos Federais poderão ser credenciados de acordo com o interesse institucional, desde que atinjam a pontuação mínima de credenciamento deliberada pelo comitê gestor e a todos os critérios estipulados no regulamento do ProfADM.

As instituições organizadas em rede para a oferta do ProfADM compartilharão os docentes selecionados para ofertarem disciplinas na modalidade à distância, conforme preconiza o regulamento do curso e, quando da oferta das disciplinas na referida modalidade, compartilharão também a infraestrutura necessária para o bom andamento das disciplinas. Nos demais aspectos, as instituições que integram o mestrado em rede terão suas estruturas de funcionamento do programa independentes das demais instituições envolvidas com o programa.

2. CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA

2.1 Contextualização institucional e regional

A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Brasil, consubstancia sua história de mais de 100 anos de existência, entrelaçando suas atividades aos fatores econômicos, políticos e sociais, suas contradições, possibilidades e desafios. Neste sentido, os desdobramentos e ações propostas para a formação dos trabalhadores ao longo do tempo acompanham estes movimentos, sobretudo na sua dimensão de preparação para o trabalho, imbricadas com as sucessivas transformações por que passou o país em relação ao seu processo de desenvolvimento.

Essa trajetória tem seu início com a gênese da educação profissional no Brasil Colônia, inspirada por duas ideologias: a primeira da igreja, através da ordem dos jesuítas com uma educação voltada para as elites, nas escolas regulares e uma educação para o trabalho destinada aos “menos favorecidos da sorte” com ensino de artes e ofícios, para atender necessidades e contingências do período (MANFREDI, 2003). A segunda doutrina da coroa portuguesa para formar pessoas que exerceriam funções qualificadas no Exército e na Administração do Estado, como as primeiras instituições públicas destinadas ao ensino superior (IBID).

Contudo, o que poderia ser considerado ensino profissional naquele período continuava direcionado aos mais pobres, com aprendizado de ofícios para realização de reparos, além de carpinteiros, ferreiros, sapateiros e outras atividades relacionadas a serviços essenciais, transmitidos pelos artífices aos mais jovens de maneira assistemática, uma vez que não existiam escolas para este fim.

A chegada da família real ao Brasil, em 1808, influenciou a economia com a decisão de D. João de abrir os portos para nações aliadas e autorização para a instalação de indústrias, antes proibida por Portugal. Impulsionou também alguns investimentos na área da educação, como cita Castanho (s/d), quando aportes culminaram na criação do Colégio de Fábricas, entre 1808 e 1809, com o ensino direcionado à educação dos artistas e aprendizes vindos da metrópole. Outra deliberação dessa época descrita pelo mesmo autor foi:

a criação da companhia de artífices no Arsenal Real do Exército (1810), a instituição do aprendizado na Real Impressão (1811), a Carta Régia de 1812 que “manda formar uma escola de serralheiros, oficiais de lima e espingardeiros para se ocuparem de preparar fechos de armas” e aprendizagem de lapidação de diamantes, na capitania das Minas Gerais. Além de uma tentativa frustrada de estabelecer o

ensino têxtil. Vale ressaltar a chegada em 1816 da Missão Artística Francesa, encabeçada por Joachim Lebreton e composta, entre outros, de Jean Baptiste Debret, Nicolas Antoine Taunay, Auguste Marie Taunay e Grandjean de Montigny. Acompanhavam esses renomados artistas da pintura, da arquitetura e da escultura alguns especialistas em ofícios como de serralheiro, ferreiro, carpinteiro de carros, curador de peles e curtidor. E, por causa disso foi criada a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios. Nesse período, também foram criadas, oficinas para fabricação e conserto de armamentos, transferência para a Coroa do Seminário de São Joaquim, para o aquartelamento de tropa e a instalação de um Corpo de Artífices Engenheiros e a criação do Seminário dos Órfãos da Bahia, em 1819, instalado e mantido com o produto das loterias (CASTANHO, s.d).

Apesar da criação dessas instituições, a educação profissional continuou direcionada para a população pobre, miserável, desvalida, negra e mestiça, com apelo discriminatório em relação às atividades manuais e artesanais, cujo critério para a escolha de pessoas que iriam aprender um ofício não era a vocação ou talento individual, mas a imposição por causa da posição ou classe social.

No início da primeira república, a educação profissional ainda era entendida como uma modalidade reservada às classes menos favorecidas da sociedade, havendo uma distinção entre as elites, que detinham o saber e o poder, e as massas, que executavam trabalhos braçais. Esse fato vem ao encontro da gênese dos cursos profissionalizantes no Brasil, por iniciativa de Nilo Peçanha, em 1910, com as Escolas de Aprendizes Artífices nos mesmos moldes dos Liceus de Artes e Ofícios, que eram instituições de ensino custeadas pelo Estado e destinadas ao atendimento dos filhos de operários e dos menores pobres e abandonados.

Nesse período, a formação profissionalizante era ministrada nas dezenove Escolas de Aprendizes Artífices, criadas pelo decreto nº 7.566, de setembro de 1909, nas dezenove unidades da Federação, para ofertar à população o ensino profissional primário e gratuito. Entretanto, permaneceu o aspecto assistencial e de ordem moralista, haja vista só acessarem a essas Escolas alunos de, no mínimo, 10 e, no máximo, 13 anos, com preferência para os “desvalidos da fortuna”, com uma metodologia didática e pedagógica, utilizando oficinas para a formação de operários e contramestres, com teoria e ensino prático.

Assim, antes de atender às demandas de um desenvolvimento industrial quase inexistente, regiam-se essas Escolas por uma finalidade ética de educar numa perspectiva moralizadora, de formação do caráter pelo trabalho com um ensino profissionalizante discriminatório e excludente, visto como uma forma de educação caritativa, destinada a tirar os menores pobres da ociosidade, da mendicância e da violência. O custeio era financiado pelos Estados, Municípios e União com recursos alocados no Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (KUENZER, 1995).

A partir de 1930, outras concepções começaram a emergir instituindo uma cooperação entre o empresariado e o Estado por causa da evolução das indústrias que exigiam um operariado com conhecimentos especializados. Nesse período, as Escolas de Aprendizes e Artífices foram transformadas em Liceus Industriais, com o objetivo de preparar o trabalhador profissionalmente para que o cidadão pudesse cumprir seu papel no desenvolvimento econômico nacional. Assim, a ação pedagógica deveria colaborar para a habilitação profissional, física e cívica do trabalhador, visando integrá-lo a um projeto corporativista de nação, ou seja, trabalhar não era apenas exercer uma atividade remunerada, significava apresentar-se enquanto cidadão.

Houve nova mudança de nome no final dos anos de 1950, passando a se chamar Escolas Técnicas para atender ao processo de industrialização como estratégia de desenvolvimento econômico. Com isso, a educação técnica, sob responsabilidade do Estado, passou a ter papel fundamental no processo de treinamento de pessoal para a indústria exigindo um esforço de adaptação dos trabalhadores. Neste contexto, as instituições e escolas de educação profissional, particularmente as escolas técnicas, também seguiram o mesmo caminho.

Esta visão concebia a educação técnica como uma ferramenta que tornaria palpável o crescimento econômico, uma vez que os trabalhadores qualificados participariam do desenvolvimento da malha industrial do país por meio de uma escola estruturada, com metodologia definida e capaz de realizar atividades direcionadas àquilo que lhe era proposto em relação à formação profissional.

Tratava-se, portanto, de entrelaçar uma formação capaz de inserir o estudante no mercado, uma vez que a compreensão por parte das companhias era que o perfil modelado pela escola seria capaz de gerar resultados para as empresas e finalmente oportunizar condições para a sociedade construir conhecimentos, atitudes e valores, contribuindo na formação de cidadãos críticos, éticos e participativos.

Por isso, nos anos finais da década de 1970, por meio da Lei nº 6.545/78, as Escolas da Rede Federal vivenciaram mais uma transformação, passando agora para Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs, surgindo como autarquias de regime especial, vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar, autorizadas a ofertar cursos de graduação e pós-graduação (BRASIL, LEI 6.545, 1978).

Ainda como CEFETs foram autorizados a oferecer educação tecnológica, ministrando cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*; de licenciatura para formar

professores especializados para as disciplinas pertinentes aos ensinos técnico e tecnológico; além de atuarem nos cursos técnicos de 2º grau, educação continuada e pesquisas no âmbito tecnológico, ratificando a lei anterior de 1978 e ampliando seus objetivos (BRASIL, LEI nº. 8.711, 1993).

Entretanto, com a promulgação do Decreto 2.208/1997, tendo como foco a interpretação econômica, houve a separação do ensino técnico do propedêutico e recomendação de adequação ao mercado. Neste sentido, de acordo com a legislação, a escola deveria ser um lugar para a formação de indivíduo com uma cultura urbano-industrial, vislumbrando o capital e o mundo do trabalho, como determinantes para a melhoria da sua condição de vida, optando por um viés neoliberal, retirando do estado a responsabilidade de financiamento da educação profissional e colocando para a iniciativa privada este papel (FRIGOTTO, 1989).

A Rede Federal de Educação Profissional segue seu curso, adequando-se às novas demandas apresentadas pela sociedade. Nessa direção, a conjuntura histórica transforma a Educação Profissional e Tecnológica em importante fator de produção científica e tecnológica, especialmente porque o espaço das práticas de ensino, pesquisa e inovação desenvolvidas nessas instituições assume valor estratégico para o desenvolvimento nacional, promovendo inclusão social.

Neste cenário, foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional e criados os Institutos Federais, em 29 de dezembro de 2008, pela Lei nº 11.892, vinculados ao Ministério da Educação, tendo como finalidade ofertar Educação Profissional e Tecnológica de excelência em todos os níveis e modalidades, promovendo a integração e verticalização do ensino desde a Educação Básica até a Educação Superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos. Além disso, muitos destes foram resultantes de Escolas Técnicas e Agro técnicas Federais já existentes.

A referida lei proporciona a essas instituições um amplo espectro, definindo-as como instituições de educação básica, profissional e superior, constituídas por um conjunto de *campi* localizados em todas as regiões do país, em mais de 500 municípios, com vistas a promover e fortalecer os arranjos produtivos, sociais, culturais e educacionais, e apoiar o desenvolvimento local e a socialização de tecnologias, dentre outras finalidades (BRASIL, 2008).

Em relação à natureza jurídica, a mencionada lei define os IFs como autarquias, com “autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar” (BRASIL, 2008). Além disso, foram equiparados às universidades federais no que se refere

aos processos de “regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior”, conforme definido no art. 2º, § 1º da Lei nº 11.892/2008 (BRASIL, 2008).

A criação dos IFs proporcionou uma convergência de fatores ao verticalizarem a oferta de cursos, desde formação inicial e continuada até a pós-graduação, que ultrapassa os limites de uma profissionalização restrita, uma vez que uma titulação de mestre aponta para perspectivas de continuidade e abrangência que contemplam a qualificação acadêmica, com uma capacitação em que a teoria e prática se mesclam numa dinâmica transformadora e construtora de novos saberes, capaz de proporcionar, cada vez mais, uma resposta em termos de resultados para a sociedade.

A Rede Federal, alinhada ao cumprimento de seu papel legal, busca levar educação de qualidade às diversas regiões do país por intermédio dos Institutos Federais que têm vasta capilaridade em termos de *campi* nos inúmeros municípios do interior do Brasil. Esse processo de interiorização levou o conhecimento profissional e tecnológico para os mais diversos rincões brasileiros, sustentado por professores e servidores especializados. Ressalta-se, contudo, que este conhecimento deve ser aperfeiçoado e desenvolvido continuamente.

Por isso, objetivando alavancar a capacitação dos servidores públicos, em especial dos que prestam seus serviços às instituições da rede federal de ensino, bem como nos órgãos públicos dos estados e municípios, surge a necessidade de criação de cursos voltados ao aperfeiçoamento dos talentos humanos, com destaque para os que têm o viés profissional, como o Mestrado Profissional em Administração Pública. Isso vem ao encontro à finalidade e características dos Institutos Federais, dentre elas constituir-se em centro de excelência para ofertar o ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica.

Neste cenário, o Mestrado Profissional em Administração Pública - ProfADM, em rede com vários Institutos Federais, a nível nacional, formará profissionais de alto desempenho para o exercício da prática administrativa nas organizações públicas, com conhecimentos variados sobre gestão e inovação, capazes de contribuir para aumentar a eficácia e eficiência das organizações públicas, considerando concomitantemente os processos, tecnologias, governança, liderança, as pessoas e a sociedade.

Assevera-se que, considerando a secular experiência e excelência em educação profissional e seu quadro de docentes composto por mestres e doutores, os Institutos Federais possuem a expertise necessária, por meio de sua rede de unidades, para qualificação dos

servidores e gestores públicos, de forma a fortalecer seu papel na formação de pessoas que incorporem instrumentos da pesquisa científica e tecnológica às suas práticas profissionais. Desta forma, o ProfADM é germinado com a proposta de aproximação do conhecimento científico/tecnológico à prática profissional, conciliando conhecimentos teóricos com o exercício do serviço público.

Considera-se ainda relevante mencionar, por sua abrangência no campo acadêmico brasileiro, que a criação do Mestrado Profissional terá impacto nacional, uma vez que de acordo com informações do CONIF (2016), só a Rede Federal de Educação, possui cerca de 60.000 servidores, para atender uma matrícula de um milhão de alunos, e ainda poderá atrair estudantes de outras instituições públicas e privadas, das esferas federal, estadual e municipal, proporcionando aos educandos uma visão holística das ações administrativas e políticas governamentais, tendo em vista o desenvolvimento econômico e social do país, além do fortalecimento dos Institutos Federais como vetor para uma sociedade mais justa, igualitária e humana.

Nesse sentido, torna-se essencial evidenciar o papel reservado ao curso de Mestrado Profissional em Administração Pública - ProfADM, a ser ofertado pela Rede Federal, como instrumento efetivo para intervir em ambientes de mudanças rápidas e contínuas, caracterizados ainda pela escassez de recursos e elevada competitividade demandada pela sociedade contemporânea. Para tanto, exige-se que o profissional responsável pela condução das organizações públicas tenha desenvolvido seu espírito crítico, sua criatividade, sua capacidade de análise e produção de conhecimentos para que ocorra o desejado desenvolvimento das instituições e do país.

2.2 Histórico do curso

Os programas de pós-graduação dos IFs possuem caráter multidisciplinar e permitem a integração entre as várias unidades da Rede Federal de Educação Profissional espalhadas por todo país, dialogando entre as diversas áreas de conhecimento, o que pode ser visto como um compartilhamento da excelência alcançada nos diversos cursos já ofertados, notadamente reconhecidos como ação concreta das atuais políticas para a educação brasileira, considerando o ensino não apenas como elemento contribuinte para o desenvolvimento econômico e

tecnológico, mas também como vetor para fortalecimento dos IFs como modelo de aplicação de ciência, inovação e tecnologia.

Neste sentido, foi germinada a ideia de um curso de pós-graduação *lato senso* na reunião do Fórum dos Dirigentes de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (FORPOG), do dia 11/07/2017, realizada em Brasília, quando os Pró-Reitores dos Institutos Federais aprovaram a proposta de criação de um Mestrado em Administração da Educação Profissional e Tecnológica (título provisório), a ser ofertado em rede pelos IFs.

Diante disso, foi decidido que a partir da prospecção do interesse de diversos Institutos e da constatação das reais condições de construir uma proposta de curso viável para ser aprovada pela CAPES, deveria ser montado um Grupo de Trabalho (GT) que foi constituído inicialmente, sob a Coordenação do IFSC, com pessoas de áreas afins ao curso, para que este GT pudesse então construir a proposta do curso. Assim, 13 (treze) Instituições indicaram docentes para participar do GT, iniciando a caminhada para construir a proposta do referido projeto, de modo a submeter a CAPES no APCN de 2018.

Os encaminhamentos foram realizados e no segundo semestre de 2017, foi montada uma equipe multidisciplinar e multicampi, com a participação de 13 (treze) IFs, de diversos estados, para elaborar uma proposta de Mestrado Profissional em Administração Pública, que respondesse às demandas por servidores públicos com formação teórico-prática em administração pública, além de compreensão sobre estratégias e políticas de gestão, integrando o saber e o fazer, a partir da interdisciplinaridade curricular nas práticas pedagógicas.

Nesse período, a proposta de criação do programa de mestrado profissional em Administração Pública, em rede, foi alvo de discussão de forma entusiástica entre os membros do grupo de trabalho, com reuniões semanais via web conferência, com registro através de gravações, além de ações e atividades discutidas e comentadas em um programa de compartilhamento de informações na internet, chamado *Trello*.

Além disso, foram realizadas duas pesquisas: uma para levantamento de possíveis docentes e outra para identificar o perfil dos interessados em fazer o curso. Ocorreu também, entre os dias 05 e 06 de março de 2018, um encontro presencial dos integrantes do GT, para alinhar ideias e discutir os desdobramentos que seriam necessários para finalizar a proposta desse novo curso.

Especificamente acerca da pesquisa realizada em 13 Institutos Federais (IFBaiano, IFCE, IFES, IFFluminense, IFMG, IFMT, IFPB, IFPR, IFRN, IFRS, IFSC, IFSP e IFSudeste-

MG) para a identificação de demanda para o curso, obteve-se a colaboração de 1.702 respondentes (todos servidores). Os resultados da referida pesquisa estão expostos a seguir: a maioria dos respondentes tem entre 26 e 35 anos (43,5%), ingressaram na Rede Federal a partir de 2015 (31,4%) e desempenham função ligada à área de Administração total (53,8%) ou parcialmente (30,8%). Pode-se observar que 68,4% dos respondentes concluíram a graduação há mais de seis anos (68,4%) e cursaram ou estão cursando uma pós-graduação *Lato Sensu* (70,9%) e que 54,1% concordam que são poucas ofertas de cursos na área de Administração Pública. Os servidores participantes vêm de forma positiva um Mestrado Profissional em Administração Pública, ofertado em rede (96,1%) e concordam que realizar um Mestrado Profissional em Administração Pública seria de grande relevância para a melhoria de seu rendimento no trabalho (92,1%), melhoraria suas competências (94,1%).

Ao serem questionados sobre o interesse em participarem do processo seletivo de um programa de Mestrado Profissional em rede, 66,3% dos respondentes informaram que certamente se interessariam em participar e 20,3% vêm esse Mestrado como uma das opções a serem consideradas, o que denota uma demanda existente entre os servidores da Rede, visto que a amostra contempla 13 dos 27 Institutos Federais do território brasileiro.

Corroborando com esta pesquisa os Planos de Desenvolvimento Institucional – PDI, elaborados no âmbito de todos os 27 Institutos Federais do país, a cada 4 anos, que se propõem a cumprir o que estabelece a Lei 11.892/2008:

- I. Ministrando educação profissional, técnica, de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- II. Ministrando cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- III. Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- IV. Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- V. Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local, e regional;
- VI. Ministrando em nível de educação superior:
 - a) Cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
 - b) Cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
 - c) Cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

- d) Cursos de pós-graduação *latosensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;
- e) Cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas ao processo de geração e inovação tecnológica.

Este desiderato encontra amparo no ProfADM que será oferecido aos servidores da rede federal e outros órgãos públicos e privados interessados em desenvolver seus ativos humanos. Neste caso, a participação dos indivíduos poderá agregar valor social e compromisso com os objetivos e posicionamento da rede federal, conectando estratégias organizacionais com gestão de talentos na busca por melhores resultados.

Além disso, um esboço do projeto elaborado em conjunto por 13 (treze) Institutos Federais das regiões centro-oeste, nordeste, sudeste e sul, coordenado pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) foi apresentado e discutido no Forpog, em fevereiro de 2018, que se manifestou favorável à criação da proposta do curso, para posterior submissão do mesmo ao Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), para aprovação e encaminhamento ao Ministério da Educação (MEC).

Nessa perspectiva, o Mestrado Profissional em Administração Pública, em rede, poderá contribuir com os diferentes processos de trabalho dos órgãos públicos, particularmente aqueles realizados pela Rede Federal de Educação Profissional, por suas características multi e interdisciplinares, combinando as competências dos docentes de todos os polos envolvidos, proporcionando a oferta de serviços públicos de excelência, por meio da junção indissociável entre ensino e pesquisa, aglutinando conhecimento, inovação e tecnologia.

Vale salientar o desempenho da Rede Federal, considerando a aprendizagem na educação profissional em pós-graduação, associada ao aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser, como mostram as avaliações dos 72 cursos oferecidos: com 22,2% avaliados com notas 4 e 5 e 70,8% classificados com pontuação 3, em seu percurso de atendimento das necessidades do mundo do trabalho, acompanhando as mudanças para proporcionar os saberes que garantam o desenvolvimento de competências (BRASIL/MEC/ SUCUPIRA, 2017).

Neste sentido, a oferta do curso na modalidade profissional deriva do perfil dos estudantes que irão se qualificar e visa conectar a prática aos conhecimentos teóricos, em uma relação indissociável, a partir da funcionalidade de cada uma no processo de aprendizagem. Desse modo, os estudantes poderão internalizar conceitos, definições e realizar análises das suas práticas de trabalho, pois a atividade acadêmica será efetivada enquanto o servidor

exerce a sua atividade laboral. Por isso, as aulas do referido programa serão ministradas em encontros presenciais, como também em EaD, com periodicidade definida de acordo com o Regulamento de cada polo.

O caráter multidisciplinar do ProfADM Profissional permitirá a integração de conhecimentos dos mais variados campos da Administração e áreas afins, dialogando com diversas áreas das ciências em profícuo entrelaçamento entre o saber e o fazer, à medida que potencialize a capacidade de reflexão e análise desenvolvida nos projetos de pesquisas, produtos e dissertações elaborados durante o curso, nas duas linhas de pesquisa: Administração das Instituições de EPT e Inovação e Tecnologia para Administração Pública.

Outro aspecto relevante do projeto é a verticalização do ensino, cumprindo o que determina a Lei 11.892/2008 quando prevê estudantes com acesso a todas as etapas do ensino em uma mesma instituição, onde professores podem atuar nos diferentes níveis, desde o ensino de nível médio até os superiores, incluindo a pós-graduação, compartilhando os espaços pedagógicos e laboratórios, além de estabelecer itinerários formativos do curso técnico até o doutorado.

A mesma Lei determina que a atuação dos Institutos Federais se dará no sentido de atender desde o ensino médio integrado ao técnico, com 50% das ofertas de vagas, licenciaturas com 20% e cursos superiores de tecnologia ou bacharelados tecnológicos com 30%, até a oferta de especializações, mestrados e doutorados profissionais. Nessa perspectiva, nas 27 unidades da Rede Federal, espalhadas pelos 26 Estados e mais o Distrito Federal, oferecem formação profissional em áreas diferenciadas, nos diversos eixos definidos pelo Catálogo Nacional de Cursos do MEC, inclusive Gestão e Negócios, assumindo o compromisso de intervenção em todas as regiões do Brasil, identificando problemas e criando soluções para o desenvolvimento sustentável, com inclusão social.

Portanto, a criação de um mestrado profissional em Administração Pública pode ser vista como um desdobramento natural da excelência alcançada pela Rede Federal ao longo de sua história, alinhando novas demandas da instituição e da sociedade, como decorrência das mudanças no mundo do trabalho que direciona para necessidade de um novo perfil de servidor público, capaz de mobilizar conhecimentos, habilidades, valores e atitudes em situações de vida pessoal e profissional, formando indivíduos capazes de aprender a aprender.

2.3 Cooperação e intercâmbio

O ProfADM surge como uma proposta inovadora e integradora dos vários níveis de ensino, pesquisa e extensão, com proposta de projetos de pesquisa vinculados a analisar problemas reais na área da Administração Pública, potencializando a realização de parcerias em uma relação ganha-ganha, uma vez que as organizações poderão melhorar o desempenho de seus processos de negócios e o aluno poderá expandir seus conhecimentos em processos, tecnologias, governança, liderança, pessoas e a sociedade.

Outro aspecto positivo a ser destacado são as parcerias com empresas e agências de fomento que o curso proposto poderá efetivar explorando conjuntamente problemas e soluções para a melhoria do desempenho organizacional das empresas privadas e instituições públicas federais, estaduais e municipais, vivenciando situações de problemas reais das organizações pelos alunos durante seu mestrado, contribuindo de forma direta e efetiva para sua formação, em uma espiral de interação entre empresas, instituições públicas e mestrados, fortalecendo a iniciativa da proposta do ProfADM.

Além disso, os Institutos Federais apresentam em seu orçamento anual disponibilidade financeira exclusiva para investimentos em pesquisa, além de outros investimentos obtidos junto a agências de fomento estaduais, SETEC, agências federais e outras instituições de iniciativa privada. Vale destacar que os alunos de cursos técnicos e de graduação têm recebido bolsas de iniciação científica e muitos trabalhos estão sendo realizados graças às parcerias com empresas dos diversos segmentos econômicos.

Neste sentido, nos últimos anos as instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica têm aprovado vários projetos em chamadas públicas do Finep, CAPES, CNPq e Fundações de Apoio à Pesquisa Estaduais, que tem contribuído com a melhoria da infraestrutura das instituições para realizarem pesquisas e desenvolverem extensão entre diversas áreas do conhecimento.

Todas as instituições envolvidas nessa proposta de mestrado realizam editais internos de fomento à pesquisa, à participação em eventos científicos, publicações em periódicos e intercâmbios internacionais. Além disso, há termos de convênios assinados em parceria com diversas instituições nacionais e internacionais, sejam elas públicas ou privadas.

Destaca-se que o esquema de parcerias estratégicas amplia a visão de mundo dos Institutos Federais, proporcionando não apenas financiamentos de pesquisas, mas o mutualismo entre as instituições, numa relação "ganha-ganha", cujos interesses estejam alinhados com a política de compartilhamento de experiências e convergência de objetivos na formação de alianças, sustentada no desenvolvimento mútuo de agregar conhecimentos para

ambos os envolvidos no processo. Por isso, é importante mencionar as parcerias realizadas com as seguintes instituições:

- Associação Argentina de Cultura;
- Associação Saudade Brasil – França;
- BeuthHochschule - University of Applied Sciences – Alemanha;
- Cégep de Jonquière – Canadá;
- Conestoga College Institute of Technology and Advanced Learning – Canadá;
- EMBRAPA;
- EMBRAPII;
- ENFAT - Escola Nacional de Formação Agrônômica de Toulouse – França;
- Evry - Telecom SudParis – França;
- Fraunhofer Institute for Computer Graphics Research IGD – Alemanha;
- Fundação Oswaldo Cruz;
- Groupe ESA – Escola Superior de Agricultura de Angers – França,
- Hanzehogeschool Groningen / Hanze University - University of Applied Sciences – Holanda;
- Institute of Technology Tallaght – Irlanda;
- Institute of Technology Tralee – Irlanda;
- Instituto Politécnico de Bragança – Portugal;
- Instituto Politécnico de Castelo Branco – Portugal;
- Instituto Politécnico de Coimbra – Portugal;
- Instituto Politécnico de Leiria – Portugal;
- Instituto Politécnico de Portalegre – Portugal;
- Instituto Politécnico de Setubal – Portugal;
- Instituto Politécnico do Cávado e do Ave – Portugal;
- Instituto Politécnico do Porto – Portugal;
- Istituto Giuseppe Caporale – Itália;
- L' Alma Mater Università di Bologna;
- Le Lycée d'Enseignement Général Professionnel Technologique Agricole de Douai – França;
- Prefeituras Municipais;
- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial;

- The University of Texas at El Paso – Estados Unidos;
- Trois-Rivières – Canadá;
- Universidade de Aveiro – Portugal;
- Universidade de Lisboa – Portugal;
- Universidade do Algarve – Portugal;
- Universidade do Porto – Portugal;
- Universidade Politécnica de Valência;
- Universidades Federais Brasileiras;
- Waterford Institute of Technology – Irlanda.

O ProfADM oferecerá também a possibilidade de usufruir da excelência por meio dos intercâmbios internacionais com instituições parceiras, por meio de memorandos de entendimento realizados diretamente com o Conif (2018), com destaque para:

- Associação dos Colleges Comunitários Canadenses – Canadá, para realização de cooperação técnica para implementação do projeto Mulheres Mil;
- Colleges and Institutes Canada (CICan) – Canadá, quando o Conif e Cican reconhecem conjuntamente que a criação de parcerias internacionais acelera a partilha de conhecimentos e informações, e leva à aplicação de novas ideias para o desenvolvimento de metodologias de formação técnica adequada e iniciativas em assistência técnica, intercâmbio de conhecimentos e a mobilidade estudantil;
- Conferência de Reitores (HRK), Andifes, Anup, Abruem e Abruc, para cooperação e mobilidade acadêmica nos campos do estudo, ensino, pesquisa e do desenvolvimento, aperfeiçoamento e transferência de tecnologia e conhecimento;
- Conselho Britânico - Reino Unido, estabelecendo ações para fortalecimento do ensino da língua inglesa.
- Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP) – Portugal, para cooperação e mobilidade acadêmica nos campos do estudo, ensino, pesquisa e do desenvolvimento, aperfeiçoamento e transferência de tecnologia e conhecimento;
- Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP) – Portugal, para estabelecimento de Grupo de Trabalho para agilizar processos de reconhecimento, revalidação e equivalência de graus e títulos;

- Conselho de Educação Técnico Profissional – Uruguai, para promoção de aliança estratégica e estabelecimento de bases para desenvolvimento de cursos e projetos de cooperação nas áreas de interesse mútuo;
- Fiocruz – com editais para pesquisas;
- Houston College e Jackson College - Estados Unidos, estabelecendo ações para fortalecimento e desenvolvimento da educação técnica; cooperação acadêmica e intercâmbio de servidores e alunos.
- Instituto de Tecnologia da Irlanda – Irlanda, estabelecendo ações para fortalecimento e desenvolvimento da educação técnica; cooperação acadêmica e intercâmbio de servidores e alunos;
- Instituto Politécnico de Macau – China, com programas de intercâmbio nas áreas de educação, língua e cultura Luso-chinesa;
- Rede Europeia de Universidades de Ciências Aplicadas, através de intercâmbio de boas práticas no campo da educação superior, pesquisa e inovação; facilitando a relação entre as instituições de pesquisa e inovação; encorajando a mobilidade de estudantes e servidores, promovendo o desenvolvimento de currículos.
- Santander/Universia, traçando diretrizes e definindo os termos e condições que regularão o acesso às soluções e ao Portal Universia, pela IES, e o compartilhamento de informações na área de educação, bem como definir as obrigações e responsabilidades de cada um dos partícipes na consecução desta cooperação.

Portanto, a Rede Federal de educação profissional, ao criar laços de cooperação mútua realizando parcerias com várias instituições nacionais e internacionais, busca fortalecer alianças estratégicas, assimilando competências ao compartilhar conhecimentos, inovação e tecnologia unindo esforços para gerar impactos positivos não apenas para os institutos, mas também para os mestrandos, servidores públicos, empresas e sociedade.

2.4 Avaliação do curso de Mestrado Profissional em Administração Pública

A avaliação do curso será realizada a cada dois anos, com objetivo de identificar as condições de ensino, pesquisa, planejamento, gestão e infraestrutura que assegure a qualidade do ProfADM, através de um encontro com todos os envolvidos no Programa de Mestrado em Administração Pública, em rede, com base nos princípios do programa, no regulamento do

curso, além de atender aos requisitos de análise de cada Instituto, visando o aperfeiçoamento das atividades pedagógicas do curso e dos docentes.

Além disso, a avaliação de desempenho docente será feita semestralmente pelos discentes e deverá contemplar todas as disciplinas, por intermédio de um questionário respondido pelos discentes, solicitando que expressem suas percepções, objetivando avaliar a eficiência, satisfação e autorrealização dos envolvidos no curso, e se necessário, propor mudanças para melhorar a qualidade do ensino.

3. ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO E LINHAS DE PESQUISA

O Mestrado Profissional em Administração Pública, doravante designado ProfADM, possui como área de concentração a Administração Pública e tem como fundamento o gerenciamento de instituições governamentais, bem como a análise de políticas públicas. A esfera pública se torna objeto de estudo científico, o que permite analisá-la com o intuito de refletir sobre questões como eficiência, atendimento de demandas coletivas e construção do bem público. Neste contexto, este profissional reunirá as condições científicas e técnicas para promover melhorias na gestão pública.

Diante do exposto, os objetivos principais do curso são:

- a) Amplificar a formação de profissionais para análise crítica da prática administrativa nas organizações públicas, por meio de um ambiente propício para o debate e construção de propostas de intervenções nas áreas estudadas;
- b) Disponibilizar instrumentos, modelos e metodologias que sirvam de referência para a melhoria da gestão pública;
- c) Aumentar a produtividade e a efetividade das organizações públicas e de outras que com elas se relacionem.

Esta área de concentração permite que os alunos estudem, analisem, aprendam e apliquem a ciência da administração, contribuindo com melhorias nas organizações públicas e na sociedade em geral. Conseqüentemente, as entidades do estado irão se beneficiar dos estudos em administração, levando em consideração o foco das ferramentas analíticas destinadas à análise e subsequente proposição de soluções técnicas e tecnológicas para os problemas da esfera pública. Neste sentido, as linhas de pesquisa definidas para o programa buscam promover discussões acerca das áreas de inovação e gestão tecnológica, bem como da Administração das entidades ligadas ao ensino profissional e tecnológico do Brasil.

3.1 Linhas de Pesquisa

3.1.1 Administração da EPT

A presente linha de pesquisa concentra estudos voltados para a análise de conceitos e práticas que possam contribuir com o desenvolvimento das instituições de ensino profissional e tecnológico, propondo trabalhos que contribuam com o gerenciamento destas instituições, fornecendo conhecimentos, modelos e tecnologias que estimulem o desenvolvimento das entidades públicas.

A gestão da EPT, nesse sentido, contribui com o desenvolvimento da sociedade, considerando os interesses das comunidades locais, bem como sua inserção em um contexto de novos conhecimentos e tecnologias, integrando o saber e o fazer por meio de uma reflexão crítica. Assim, a formulação do saber torna-se uma ocasião de alargamento do ativo chamado de conhecimento e auxilia na busca de integração entre a formação profissional e o trabalho para além do domínio operacional de um determinado fazer, mobilizando os valores necessários à tomada de decisões.

Enquadram-se nela os estudos relacionados a processos administrativos, licitatórios, financeiros, produtivos, de gestão mercadológica, de gestão de pessoas, parcerias entre a instituição pública e a iniciativa privada, estudo dos Arranjos Produtivos Locais - APLs, políticas públicas, planejamento estratégico, indicadores socioeconômicos na gestão pública, gestão operacional, redes públicas de cooperação em ambientes federativos, comportamento, cultura organizacional, mudança organizacional, qualidade do serviço público, economia e gestão pública, entre outros temas que contribuam para o aprimoramento da gestão da EPT.

Esta linha de pesquisa foi dividida em dois eixos temáticos, com dois projetos básicos, descritos a seguir:

Eixo temático 01 - Gestão Organizacional da EPT e suas tecnologias: este eixo temático abrange pesquisas relacionadas aos processos administrativos, de aquisição, financeiros, produtivos, de gestão mercadológica, de gestão de pessoas típicos da Administração Pública, buscando meios para torná-los mais efetivos, sem desconsiderar as especificidades que caracterizam as diferentes instituições da EPT.

Título do projeto 01: Gestão de processos de aquisição, financeiros e produtivos

Este projeto envolve pesquisas relacionadas aos processos de aquisição, financeiros e produtivos (este último quando for o caso de instituições que possuem setores de produção e comercialização de produtos), buscando tanto a compreensão e avaliação aprofundada destes, por meio de elaboração de diagnósticos e outras ferramentas, quanto à dinamização e aumento da eficiência das atividades a eles relacionadas.

Palavras-Chave: gestão por processos, eficiência organizacional, instituição de ensino profissional e tecnológica.

Título do projeto 02: Organizações públicas e tecnologias de gestão

Este projeto envolve pesquisas que buscam entender como se desenvolvem as práticas de gestão, com foco nos processos administrativos, de gestão mercadológica e de gestão de pessoas das organizações públicas da Educação Profissional e Tecnológica de forma a realizar uma análise crítica dos conteúdos teóricos e das práticas de gestão, desenvolvendo abordagens, modelos e críticas com apoio em diferentes campos do conhecimento científico. Ainda estuda e pesquisa as questões que objetivam o desenvolvimento organizacional no que tange os processos administrativos, de gestão mercadológica e de gestão de pessoas, com o aprimoramento de estratégias funcionais, focadas na eficiência e na eficácia da administração pública.

Palavras-Chave: práticas de gestão, desenvolvimento organizacional, instituição de ensino profissional e tecnológica.

As disciplinas optativas que oferecem suporte ao eixo temático 01, são: Políticas Públicas, Gestão por processos na Administração Pública, Finanças e orçamento público, Gestão de projetos na EPT, Gestão Estratégica e Gestão de pessoas na Administração Pública.

Eixo temático 02 – Desenvolvimento Institucional da EPT e Sociedade: este eixo temático concentra estudos que possibilitam o desenvolvimento das instituições de ensino profissional e tecnológica, visando entender e atender os anseios das comunidades onde atuam, por meio de estudos dos arranjos produtivos locais, políticas públicas, redes de cooperação entre outros temas que contribuem para o desenvolvimento institucional das EPTs.

Título do projeto 01: Ensino profissional e tecnológico no contexto do desenvolvimento regional

Este projeto envolve pesquisas relacionadas ao papel da educação profissional e tecnológica no desenvolvimento regional. Sobretudo busca-se entender a relação existente entre o ensino profissional e tecnológico e o desenvolvimento regional, abordando a contribuição das instituições EPT nas regiões.

Palavras-Chave: desenvolvimento regional, capital humano, instituição de ensino profissional e tecnológica.

Título do projeto 02: Políticas Públicas para EPT

Este projeto envolve pesquisas que objetivam o desenvolvimento de políticas públicas para a EPT de maneira a fomentar o avanço social e tecnológico do país, especialmente quanto a integração entre as políticas de desenvolvimento do ensino profissional e tecnológico com as demais políticas públicas.

Palavras-Chave: desenvolvimento regional, políticas públicas estruturantes, sociedade.

As disciplinas optativas que oferecem suporte ao eixo temático 02, são: Políticas Públicas, Finanças e Orçamento Público, Gestão Estratégica, Gestão por Processos na Administração Pública, Gestão de projetos na EPT e Gestão de pessoas.

3.1.2 Administração da Inovação e Gestão Tecnológica na Área Pública

A presente linha de pesquisa tem como foco o estudo da gestão da inovação tecnológica e organizacional na área pública e propõe a compreensão das estratégias e das políticas de gestão voltadas às organizações e à implementação de novas soluções baseadas tanto em tecnologia, quanto na introdução de novas lógicas de ação para equacionar problemas existentes e enfrentar novos desafios. Neste caso, o processo da inovação e gestão é amparado por tecnologias que, por meio de uma visão teórica, metodológica e pragmática, promovem a disseminação de novos conhecimentos e práticas. Assim, são objetos de estudo desta linha de pesquisa possui aspectos multidisciplinares e se propõe em investigar o papel das tecnologias no âmbito das organizações, enquanto facilitador e promotor do desenvolvimento organizacional.

Esta linha de pesquisa compreende dois eixos temáticos, conforme se explica a seguir:

Eixo temático 3 – Práticas inovadoras Gestão Pública: este eixo temático tem por objetivo estudar a criatividade e a inovação em suas diversas modalidades (produto, serviço,

processo, organização, marketing e negócios) com vista a aplicá-las nas organizações públicas, em particular nas de ensino, visando a solução de problemas ou aproveitamento de oportunidades para racionalizar os procedimentos, processos, materiais e ações necessários à gestão pública dos recursos humanos, físicos, financeiros, tecnológicos e temporais para a eficiência e a eficácia das organizações públicas no atendimento às demandas da sociedade.

Título do projeto 1:Gestão inovadora aplicada às organizações públicas

Este projeto trata de pesquisas teóricas e empíricas envolvendo a criatividade e a inovação em seus diversos modelos e tipos com vista a identificar formas inovativas de procedimento para o desempenho das atribuições dos gestores públicos, tendo como foco a efetividade dos resultados das organizações públicas em geral.

Palavras-Chave: Inovação. Modelos de inovação. Tipos de inovação. Criatividade. Gestão organizacional.

Título do projeto 2:Inovação aplicada a sistemas, processos e procedimentos

Este projeto tem por objetivo principal pesquisar as formas de inovação (radical ou incremental), a competitividade e o ambiente organizacional e suas inter-relações como os sistemas, processos e procedimentos organizacionais de forma identificar maneiras inovadoras para dotar as organizações públicas de ferramentas necessárias a racionalização de seu funcionamento.

Palavras-Chave: Inovação. Formas de inovação. Competitividade. Sistemas e procedimentos organizacionais. Processos.

As disciplinas optativas que oferecem suporte ao eixo temático 03, são:Políticas Públicas; Finanças e Orçamento Público; Gestão de Projetos na EPT; Gestão por Processos na Administração Pública e Gestão de Pessoas na Administração Pública.

Eixo temático 04 – Ecossistemas de Inovação e Gestão Pública:este eixo temático se concentra em analisar o papel dos ecossistemas de inovação na promoção do desenvolvimento, em seus diferentes níveis (local, regional e nacional), visando contribuir, teórica e empiricamente, com o estudo dos elementos constituintes dos diferentes

ecossistemas, suas interações e limitações. Também, se buscará investigar o papel das políticas públicas no estímulo e desenvolvimento de ecossistemas de inovação.

Título do projeto 01: Estudo comparado de Ecossistemas de Inovação

Este projeto envolve estudos empíricos, de caráter comparado, entre os diferentes ecossistemas de inovação, em uma mesma região, ou entre regiões diferentes do país. Buscar-se-á compreender as dinâmicas de desenvolvimento dos ecossistemas, seus pontos de confluência e suas particularidades, sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento regional e tecnológico.

Palavras-Chave: ecossistemas de inovação, desenvolvimento regional, estudos comparados.

Título do projeto 02: Gestão de Cidades – do local ao território

Este projeto envolve pesquisas que objetivam analisar o papel das cidades, tendo por foco a realidade brasileira. Pretende, a partir de um olhar multidisciplinar e interdisciplinar, avaliar as diferentes experiências para identificar desafios e oportunidades para as cidades, considerando os cenários urbanos, analisando as dinâmicas próprias de cada região, buscando integrar pesquisas que destaquem o papel das iniciativas públicas no desenvolvimento dos territórios.

Palavras-Chave: Gestão de cidades, políticas públicas, territórios.

As disciplinas optativas que oferecem suporte ao eixo temático 04, são: Políticas Públicas, Empreendedorismo na Administração Pública, Gestão Estratégica, Gestão por Processos na Administração Pública.

4. CARACTERIZAÇÃO DO CURSO E OBJETIVOS

O ProfADM é de caráter interdisciplinar e tem como área de concentração a Administração Pública, cujo objetivo será contribuir com a Administração Pública por meio do desenvolvimento de modelos, ferramentas, conhecimentos e qualificação dos mestrandos. Em última instância, o mestrado contribuirá para atender demandas da sociedade. Para tanto, a formação e capacitação de profissionais será realizada a partir do aprimoramento e inovação de processos, técnicas e tecnologias aplicadas ao setor público.

O curso se destina ao gestor que busca o aprimoramento profissional e também àqueles envolvidos com a administração pública que necessitam desenvolver e aplicar sólidos conhecimentos e ferramentas de análise crítica, transformando o ensino de conteúdos em competências para o trabalho, relacionando o saber e o saber fazer, em um processo que se constrói continuamente.

As linhas de pesquisa apresentam os dois principais temas que serão abordados no curso, sendo estes: i) Administração da EPT e ii) Administração da inovação e gestão tecnológica.

Especificamente, o curso visa:

- Promover a formação de profissionais capacitados para atuarem no setor público brasileiro visando o aumento da eficácia nos trabalhos;
- Formar profissionais qualificados que atuem na interação dos atores regionais;
- Realizar pesquisas científicas e tecnológicas que visem atender ao desenvolvimento das entidades públicas, estudando problemas relevantes dentro das linhas de pesquisa do programa, propondo soluções inovadoras para o bem público de forma a adequar o setor público aos desafios socioeconômicos e tecnológicos.
- Estimular a aproximação da academia e dos setores público e privado, por meio de parcerias em projetos de pesquisa e/ou extensão, e desta forma contribuir para a interiorização da pós-graduação;
- Propiciar o diálogo entre o Público e o Privado através de um ambiente onde os profissionais de mercado possam buscar compreender a dinâmica da esfera pública, a participação do governo na economia e na sociedade em geral.
- Promover o desenvolvimento interinstitucional resultando em melhor visibilidade nacional e internacional para o programa, de modo a oferecer formação, em nível de pós-graduação.

5. PERFIL DO ALUNO

O aluno do ProfADM deve ser portador de diploma de curso superior, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), e que tenha interesse em estudar as áreas de abrangência do programa, compreendidas na esfera da Administração da EPT, bem como a Administração da inovação e gestão tecnológica.

O Mestre em Administração Pública deverá ser capaz de analisar, propor e desenvolver pesquisas relacionadas a processos, gestão e inovação, com ênfase em Ciências Sociais Aplicadas, possuir espírito crítico com capacidade para entender o valor da pesquisa científica, seus benefícios e aplicações na Administração Pública, e poderá aplicar seus conhecimentos em tanto em empresas públicas, quanto privadas.

6. INFRAESTRUTURA

O ProfADM utilizará a infraestrutura para ensino e pesquisa, localizados em cada campus com uma biblioteca, duas salas de aula, uma sala de professores, uma sala de coordenação, uma secretaria acadêmica, um laboratório, uma sala de estudos para os mestrandos, além de laboratórios para pesquisas.

Além disso, cada Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia que fará parte da rede do ProfADM deverá dispor, ainda que dispersos em mais de um campus, de oito docentes que possam dedicar no mínimo 15 horas semanais ao programa. Cabe considerar que a infraestrutura física a ser disponibilizada para o ProfADM pode ser compartilhada com outras atividades.

7. BIBLIOTECA

Todas as instituições que compõem os Institutos Federais de Educação, Ciências e Tecnologia são atendidas por bibliotecas adequadas ao atendimento ao Programa de Mestrado em Administração Pública, em rede federal, fruto de inserção natural nas discussões acerca da Administração Pública.

As bibliotecas atendem alunos, professores, pesquisadores e comunidade externa, reunindo materiais de informação como: livros, revistas, fitas de vídeo, CD-ROMs, DVDs, Normas técnicas, dentre outras fontes de informação, nas mais variadas áreas do conhecimento.

Além do acervo físico, os Institutos Federais de Ensino possuem associação com instituições para o acesso a portais e sistemas eletrônicos de divulgação do conhecimento científico. A partir dos terminais de computadores dos pólos participantes do programa, professores e alunos do curso poderão ter acesso ao Portal de Periódicos da Capes, Web of Science e EBSCO host, que dispõem de um acervo digital de mais de 100.000 títulos e acesso a periódicos científicos.

Para registro, descrição e recuperação dos materiais no catálogo informatizado utilizam-se os padrões e formatos nacionais e internacionais: Código de catalogação Anglo-americano (AACR2), Formato Marc 21, Classificação Decimal de Dewey (CDD), Lista de Autoridades do Pergamum, Fundação da Biblioteca Nacional.

Finalmente, todas as Instituições Associadas se responsabilizarão a manter em seus acervos todas as referências mínimas indicadas pelas disciplinas, seja em acervo físico ou em meio eletrônico.

8. FINANCIAMENTO

O programa trata de uma formação em serviço, de interesse da própria Rede Federal, bem como da Secretaria de Educação Tecnológica (SETEC). Entretanto, não há previsão de implementação de bolsas (nem para discentes, tampouco para docentes) e o trabalho docente será incorporado às atividades regulares dos professores.

Aos discentes, servidores da rede, serão asseguradas suas horas de estudo em suas jornadas de trabalho, de acordo com os dispositivos da lei que descreve os requisitos legais para o estudante servidor.

O financiamento para deslocamento de professores e custeio de bancas, além da participação de discentes e docentes em eventos de natureza científica, bem como aquisição de materiais necessários ao funcionamento do curso (renovação e ampliação do acervo, material de expediente, etc.), ficará sobre a responsabilidade do polo ofertante do curso em parceria com a Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação.

Além disso, o programa poderá participar de editais nas agências de fomento, buscando apoio financeiro para pesquisas em projetos nas áreas do conhecimento relacionadas a Administração Pública, de modo a oportunizar aquisição e compartilhamento de conhecimentos como estratégias de crescimento e desenvolvimento.

9. DISCIPLINAS

Todas as disciplinas ofertadas pelo ProfADM, independentemente de serem obrigatórias ou optativas, serão de 3 (três) créditos e terão carga-horária de 45 (quarenta e cinco) horas cada uma.

O curso está estruturado para ofertar 5 (cinco) disciplinas obrigatórias para ambas as linhas de pesquisa, quais sejam: Teoria das Organizações, Metodologia Científica, Seminário de Pesquisa, Fundamentos da Administração Pública e Inovação.

O rol de disciplinas optativas do curso está estruturado para complementar a formação dos alunos. Por isso optou-se pelas seguintes disciplinas: Métodos Qualitativos, Métodos Quantitativos, Políticas Públicas, Gestão Estratégica, Empreendedorismo na Administração Pública, Finanças e Orçamento Público, Gestão de projetos na EPT, Gestão por Processos na Administração Pública e Gestão de Pessoas na Administração Pública. Além disso, o mestrando deverá cursar, no mínimo, 3 disciplinas optativas, que totalizam 9 créditos.

As disciplinas optativas a seguir atendem a ambas as linhas de pesquisa: Métodos Qualitativos, Métodos Quantitativos, Políticas Públicas, Gestão Estratégica, Finanças e Orçamento Público e Gestão de Pessoas no setor público. As disciplinas Gestão de Processos na área pública e Gestão de Projetos na EPT são disciplinas optativas próprias da linha de pesquisa Administração da EPT. A disciplina optativa Empreendedorismo na Gestão Pública é própria da linha de pesquisa Administração da Inovação e Gestão Tecnológica na área pública.

A seguir, são apresentadas as ementas e a bibliografia de cada disciplina do ProfADM.

Teoria das Organizações	Obrigatória
Ementa: Evolução da teoria sobre organizações. Grupos, organizações e instituições. O conceito de racionalidade. Teoria burocrática. Tipologias e organizações. Estrutura e dinâmica organizacional. Organizações como sistemas. Organizações como estruturas de ação. Organizações como arenas políticas. Organizações e ambiente. Cultura e identidade organizacional. Centralização e descentralização. Liderança. Teorias do poder, controle e conflitos em organizações. Satisfação e motivação no trabalho. Objetivos e desempenho organizacional. Teoria da decisão e organizações. Novas formas organizacionais. Teoria organizacional e Administração Pública.	
Bibliografia: ALVESSON, M. Understanding organizational culture . London: SAGE Publications, 2002. BATE, P. S. Strategies for cultural change . Oxford: Butterworth Heinemann, 1994.	

BATEMAN, T. S.; SNELL, S. A. **Administração**. Porto Alegre: McGrawHill/Bookman, 2012.

CAMERON, K. S.; QUINN, R. E. **Diagnosing and changing organizational culture**. Massachusetts: Addison-Wesley, 1999.

CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. Handbook of organization studies. London: Sage, 1996 (1ª. ed.); 2006 (2ª. ed.).

COUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

DAFT, R.; WEICK, K. Toward a model of organizations as interpretation systems. **Academy of Management Review**. v. 9, n. 2, p. 284-295, 1984.

DELLAGNELO, E. L.; MACHADO-DA-SILVA, C. L. N. formas organizacionais: onde se encontram as evidências empíricas de ruptura com o modelo burocrático de organizações? **Organizações & Sociedade**, v. 7, n. 19, p. 19-33, 2000.

DUARTE, M. de F.; ALCADIPANI, R. Contribuições do organizar (organizing) para os Estudos Organizacionais. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 23, n. 76, p. 57-72, Mar. 2016.

EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

ENRIQUEZ, E. **Jogos de poder na empresa**. Ed. Zagodoni, São Paulo, 2014.

FARIA, J. H. **Economia política do poder**: as práticas do controle nas organizações. Vol. 3. Curitiba: Juruá, 2004.

FREITAS, M. E. **Cultura organizacional**: identidade, sedução e carisma? 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

HALL, R. H.; TOLBERT, P. S. **Organizations**: structures processes, and outcomes. 9 ed. New Jersey: Prentice Hall, 2004.

HANDLER, A. D. **Strategy and Structure**: Chapters in the history of the American industrial Enterprise. Cambridge: MIT Press, 1990.

HATCH, M. J.; CUNLIFFE, A. L. **Organization theory**: modern, symbolic, and postmodern perspectives. New York: Oxford University Press, 2006.

HATCH, M. J. The dynamics of organizational culture. **Academy of Management Review**, v.18, n.4, p.657-893, 1993.

KALBERG, S. Max Weber's types of rationality: cornerstones for the analysis of rationalization processes in history. **American Journal of Sociology**, v. 85, n. 5, p. 1145-1179, 1980.

KOTTER, J. P.; HESKETT, J. L. **A cultura corporativa e o desempenho empresarial**. São Paulo: Makron Books, 1994.

LEMO, A. H.; RODRIGUEZ, D.; MONTEIRO, V. "Empregabilidade e Sociedade Disciplinar: uma Análise do Discurso do Trabalho Contemporâneo". **Organizações & Sociedade**, v. 18, n. 59, p. 587-604, 2011.

LOPES, A. E. M. P. Dependência de recursos e custos de transação: rumo a um modelo convergente. **Gestão e Produção**, São Carlos, v. 24, n. 4, p. 806-813, Dec. 2017.

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; ROSSONI, L. Persistência e mudança de temas na estruturação do campo científico da estratégia em organizações no Brasil. **Revista de**

Administração Contemporânea, v. 11, n.4, p. 33-58, 2007.

MARCH, J.; SIMON, H. **Teoria das organizações**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.

MARTIN, J. **Organizational Culture: mapping the terrain**. London: SagePublications, 2002.

MINTZBERG, H. **Criando organizações eficazes**. São Paulo: Atlas, 1995.

MORGAN, G. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 1996.

MOTTA, F. P.; CALDAS, M. P. (Orgs.) **Cultura organizacional e cultura brasileira**. São Paulo: Atlas, 1997.

PUGH, D. S.; HICKSON, D. J. **Os teóricos das organizações**. São Paulo: Qualitymark, 2004.

PUGH, D. S.; HICKSON, D. J. **Writers on organizations**. 5. Ed. Thousand Oaks: Sage, 1997.

SCHEIN, E. H. **Organizational culture and leadership**. San Francisco, CA: Sage, 1992.

SEGNINI, L.; ALCADIPANI, R. Poder e resistências nas organizações: a propósito das contribuições de Fernando C. Prestes Motta. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 54, n. 3, p. 341-347, June, 2014.

SELZNICK, P. **Leadership in administration**. Evanston: Row, Peterson and Company, 1957.

SERVA, M. Epistemologia da administração no Brasil: o estado da arte. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v.15, n. 4, p. 741-750, Dec. 2017.

SROUR, R. H. **Poder, cultura e ética nas organizações**. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

TROMPENAARS, Fons. **Nas ondas da cultura: como entender a diversidade cultural nos negócios**. São Paulo: Educador, 1994.

TSOUKAS, H.; KNUDSEN, C. **The Oxford handbook of organization theory: meta-theoretical perspectives**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

TUSHMAN, M., NADLER, D. Organizando-se para a Inovação. In: STARKEY, K. **Como as organizações aprendem**. São Paulo: Futura, 1997, p. 166-189.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 11. ed. São Paulo: Pioneira, 1996.

Metodologia Científica	Obrigatória
<p>Ementa: Abordagem indutiva e dedutiva; Paradigmas na pesquisa em Administração; O Saber científico e a pesquisa científica: ética, finalidade e aplicabilidade da pesquisa; Os caminhos do trabalho científico; Definição das fontes de dados e dos procedimentos de análise de dados; Análise de dados; Estrutura e conteúdo do Trabalho Final de Conclusão. Normatização e organização do trabalho científico.</p>	
<p>Bibliografia:</p> <p>ABDALLA, Márcio Moutinho. A Estratégia de Triangulação: Objetivos, Possibilidades,</p>	

Limitações e Proximidades com o Pragmatismo. In: **Anais do IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade**, 2013.

BERTERO, Carlos Osmar; CALDAS, Miguel Pinto; WOOD JR, Thomaz. Produção científica em administração de empresas: provocações, insinuações e contribuições para um debate local. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 3, n. 1, p. 147-178, 1999.

BOTELHO, Delane; ZOUAIN, Deborah Moraes. **Pesquisa quantitativa em administração**. São Paulo: Atlas, p. 181-196, 2006.

CASTRO, C. de M. **A prática da pesquisa**. 2 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2006.

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 12 Ed. São Paulo: AMGH Mc Graw Hill, 2016.

DEMO, Pedro. **Praticar ciência: metodologias do conhecimento científico**. São Paulo: Saraiva, 2011.

EASTERBY-SMITH, Mark; THORPE, Richard; LOWE, Andy. **Pesquisa gerencial em administração: um guia para monografias, dissertações, pesquisas internas e trabalhos em consultoria**. Pioneira, 1999.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FLICK, U.; FONSECA, J.; ANGROSINO, M.V. **Etnografia e observação participante**. São Paulo: Artmed, 2009.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. Brasília: Editora Plano, 2003.

GONDIM, Linda Maria de Pontes. **Pesquisa em ciências sociais: o projeto da dissertação de mestrado**. Fortaleza: EUFC, p. 22, 1999.

GRAY, David E. **Pesquisa no mundo real**. Penso Editora, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**. Petrópolis: Vozes, 2013.

PRIGOGINE, Ilya. A ordem nasceu do caos. In: SORMAN, Guy. **Os verdadeiros pensadores do nosso tempo**. Rio de Janeiro: Imago Ed. 1989, p. 41-47.

SUTTON, Robert I.; STAW, Barry M. O que não é teoria. **Revista de Administração de Empresas**, v. 43, n. 3, p. 74-84, 2003.

TEIXEIRA, Juliana Cristina; NASCIMENTO, Marco César Ribeiro; ANTONIALLI, Luiz Marcelo. Perfil de estudos em Administração que utilizaram triangulação metodológica: uma análise dos anais do EnANPAD de 2007 a 2011. **Revista de Administração**, v. 48, n. 4, p. 800-812, 2013.

TEIXEIRA, Juliana Cristina; RIBEIRO NASCIMENTO, Marco César; DE PÁDUA CARRIERI, Alexandre. Triangulação entre métodos na administração: gerando conversações paradigmáticas ou meras validações" convergentes"?. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 1, 2012.

WHETTEN, D. A. O que constitui uma contribuição teórica? **Revista de Administração de Empresas**, v. 43, n. 3, p. 69-73, 2003.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. Bookman editora, 2015.

Seminário de Pesquisa	Obrigatória
<p>Ementa: Atualidade das pesquisas em Administração. Estudo das temáticas que envolvem as linhas de pesquisa do programa: Administração da Educação Profissional e Tecnológica e Administração da Inovação e Gestão Tecnológica na Área Pública. Seminário e a comunicação científica.</p>	
<p>Bibliografia:</p> <p>ABREU, Ana Cláudia Donner; HELOU, Angela Regina Heinzen Amin; FIALHO, Francisco Antônio Pereira. Possibilidades epistemológicas para a ampliação da Teoria da Administração Pública: uma análise a partir do conceito do Novo Serviço Público. Cadernos EBAPE. BR, v. 11, n. 4, p. 608-620, 2013.</p> <p>BACHELARD, G. A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.</p> <p>_____. A epistemologia. Lisboa: Edições 70, 2006.</p> <p>BARBOSA, Milka Alves Correia et al. Nem só de debates epistemológicos vive o pesquisador em administração: alguns apontamentos sobre disputas entre paradigmas e campo científico. Cadernos EBAPE. BR, v. 11, n. 4, p. 636-651, 2013.</p> <p>BERTERO, Carlos Osmar. Ensino e Pesquisa em Administração. São Paulo: Thomson Learning, 2006.</p> <p>BERTERO, Carlos Osmar; CALDAS, Miguel P.; WOOD JR., Thomaz (Coord.) Produção Científica em Administração no Brasil. São Paulo: Atlas, 2005.</p> <p>BISPO, Cristiano Molinari; DE MELLO, Cristiane Marques. Reflexão epistemológica sobre a cientificidade da administração: distinções e justaposições entre pesquisa e exercício. Revista de Administração, v. 15, n. 2, p. 236-260, 2017.</p> <p>BORGES, Alex Fernando et al. Contribuições do diálogo entre o realismo crítico e o construcionismo social para os estudos organizacionais. Cadernos EBAPE. BR, v. 14, n. 2, 2016.</p> <p>CAPRA, Fritjof. O ponto de mutação. São Paulo: Ed. Cultrix, 1982, cap. II.</p> <p>CHALMERS, A. F. O que é a Ciência, Afinal? São Paulo: Brasiliense, 1993.</p> <p>COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. Métodos de Pesquisa em Administração-12.ed. McGraw Hill Brasil, 2016.</p> <p>CREMA, Roberto. Além das disciplinas: reflexões sobre transdisciplinaridade geral. In WEIL, Pierre, D' AMBROSIO, Ubiratan. Rumo à nova transdisciplinaridade. São Paulo: Summus Ed., 1993, p. 131-151.</p> <p>FONTOURA, Julian Silveira Diogo de Ávila; MOROSINI, Marília Costa. A gestão da Educação Superior no contexto da Educação, Profissional e Tecnológica: os diferentes focos na pesquisa. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, v. 2, n. 13, p. 137-149, 2017.</p> <p>FREITAS, Maria Ester de. O pesquisador hoje: entre o artesanato intelectual e a produção em série. Cadernos EBAPE. BR, v. 9, n. 4, p. 1158-1163, 2011.</p> <p>HAIR, J. et al. Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração. São Paulo: Bookman Companhia Ed, 2005.</p> <p>JAPIASSU, Hilton. Como Nasceu a Ciência Moderna – e as razões da Filosofia. <i>In:</i></p>	

JAPIASSU, Hilton. Introdução ao Pensamento Epistemológico. 7. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

KUHN, Thomas S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. 8. ed. rev. São Paulo: Perspectiva, 2003.

MATOS, Fátima Regina Ney; DE QUEIROZ MACHADO¹, Diego; BARBOSA, Milka Alves Correia. Breve ensaio sobre teorias positivas e normativas na ciência da administração sob a luz da abordagem qualitativa. **Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da ciência da Administração**, v. 3, 2013.

MILLS, C. Wright. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

PAULA, Ana Paula Paes de. Para além dos paradigmas nos Estudos Organizacionais: o Círculo das Matrizes Epistêmicas. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 14, n. 1, p. 24, 2016.

SECCHI, Leonardo. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. **Revista de Administração Pública**, v. 43, n. 2, p. 347-369, 2009.

SERVA, Maurício. Epistemology of Administration in Brazil: State of the Art. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 15, n. 4, p. 741-750, 2017.

SIEGLER, Janaina; BIAZZIN, Cristiane; RODRIGUES FERNANDES, ALINE. Fragmentação do conhecimento científico em administração: uma análise crítica. **Revista de Administração de Empresas**, v. 54, n. 3, 2014.

ZANELA SACCOL, Amarolinda. Um retorno ao básico: compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em administração. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, v. 2, n. 2, 2009.

Fundamentos da Administração Pública	Obrigatória
<p>Ementa: Evolução da Administração Pública no Brasil e no Mundo: o Sistema Patrimonialista, Burocrático e o Paradigma Pós-Burocrático; As três formas de Administração Pública; O aparelho do Estado e as formas de propriedade; Processo Administrativo: planejamento, organização, direção e controle; Organizações Sociais, Agências Executivas e Agências Reguladoras; Princípios da Administração Pública; Normas Gerais sobre Licitações e Contratos Administrativos. Governança Corporativa; Governança Corporativa e suas aplicações ao setor público; Governança e Governabilidade; <i>Accountability</i>. Governança na Gestão Pública Brasileira; Ética no serviço público. Modelos organizacionais. Modelos de Governança aplicados à EPT (órgãos colegiados, comissões etc.); Processos administrativos.</p>	
<p>Bibliografia:</p> <p>BOURGON, Jocelyne. Em busca de uma nova síntese para a administração pública: textos para discussão. (Ed.). Brasília, DF: ENAP, 2010.</p> <p>CAVALCANTE, Pedro Luiz Costa. LOTTA, Gabriela Spanguero. Burocracia de médio escalão: perfil, trajetória e atuação. Brasília: ENAP, 2015.</p> <p>COHEN, E, FRANCO, R. Gestão Social: como obter eficiência e impacto nas políticas sociais? Brasília: ENAP, 2007.</p> <p>GASPARINI, Carlos Eduardo; FORTIS, Martin Francisco de Almeida. Plurianualidade</p>	

Orçamentária no Brasil: diagnóstico, rumos e desafios. Brasília: ENAP, 2017.

MODESTO, Paulo. Notas para um debate sobre o princípio da eficiência. **Revista do Serviço Público** Ano 51 Número 2 Abr-Jun 2000.

PAIVA, Carlos Henrique Assunção. **A burocracia no Brasil:** as bases da administração pública nacional em perspectiva histórica (1920-1945). HISTÓRIA, São Paulo, 28 (2): 2009.

PEREIRA, Orgs. Luiz Carlos Bresser; SPINK, Peter Kevin. **Reforma do Estado e administração pública gerencial.** Editora FGV, 2015.

PAULA, Jean Marlo Pepino de; PALOTTI, Pedro Lucas de Moura; CAVALCANTE, Pedro Luiz Costa; ALVES, Pedro Assumpção. **Burocracia federal de infraestrutura econômica:** reflexões sobre capacidades estatais. Brasília: Enap e Ipea, 2017.

PIRES, Alexandre Kalil...[et al]. **Gestão por competências em organizações de governo.** Brasília: ENAP, 2005.

SANTOS, Clezio Saldanha dos. **Introdução à Gestão Pública.** 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

WEBER, Max. **Ensaios de sociologia.** 5. ed., Editora LTC, 1982.

Inovação	Obrigatória
<p>Ementa: Fundamentos básicos relacionados à inovação. Evolução conceitual em relação a administração da inovação. A tipologia da inovação: produto; processo; serviço; negócio; organizacional; marketing. Formas de inovação: radical, semi-radical e incremental. Modelos de Inovação. Inovação e Competitividade. Indicadores de inovação. Ambiente e Inovação. Incentivos governamentais à inovação. Redes de inovação. Gestão da inovação e criatividade. O processo de inovação e o papel do governo. Sistema Nacional de Inovação Brasileiro. Inovação organizacional no setor público. Práticas de Inovação em Gestão Pública. Barreiras à Inovação no Setor Público. Arranjos inovativos.</p>	
<p>Bibliografia:</p> <p>ADAMS, R.; BESSANT, J.; PHELPS, R. Innovation management measurement: A review. International Journal of Management Reviews, 8(1), 2006, pp. 21–47.</p> <p>ALENCAR, E. S. de. A gerência da criatividade. São Paulo: Makron Books, 1996.</p> <p>ANDREASSI, T. Gestão da Inovação Tecnológica. Coleção Debates em Administração. São Paulo: Thomson Learning, 2007.</p> <p>ARRUDA, M.; VERMULM, R., HOLLANDA, S. Inovação Tecnológica no Brasil: A indústria em Busca da Competitividade Global. São Paulo: Anpei. Cap. 3. 2006.</p> <p>AYAN, J. E. AHA!: 10 maneiras de libertar seu espírito criativo e encontrar grandes ideias. São Paulo: Negócio Editora, 1998.</p> <p>BAGNO, R. B. <i>et al.</i> The Emergence of Innovation Function in Brazilian Companies. IAMOT 2015 Conference Proceedings, Cape Town, South Africa, 8 – 11 June, 2015.</p> <p>BERNARDES, R.; ANDREASSI, T, (org.). Inovação em serviços intensivos em conhecimento. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.</p> <p>BESANT, J.; TIDD J. Inovação em Empreendedorismo. Porto Alegre: Bookman 2009.</p>	

- BESSANT, J.; PAVITT, K.; TIDD, J. **Gestão da Inovação**. 3 ed. São Paulo: Artmed, 2008.
- BIN, A.; SALLES-FILHO, S.L.M. Science, technology and innovation management: specificities and conceptual premises. **12th International Schumpeter Society Conference**. Rio de Janeiro, July, 2nd – 4th. 2008.
- CANONGIA, C.; SANTOS, D. M.; SANTOS, M. M.; ZACKIEWICZ, M. Foresight, inteligência competitiva e gestão do conhecimento: instrumentos para a gestão da inovação. **Gestão e Produção**, v. 11, n. 2, pp. 231-238. 2004.
- CHESBROUGH, H. **Open Innovation: The New Imperative for Creating and Profiting from Technology**. Harvard: Harvard Business School Press. Capítulos 2 e 3. 2006.
- CHRISTENSEN, C. **Dilema da inovação**: quando novas tecnologias levam empresas ao fracasso. São Paulo: Makron Books, 2001.
- CHRISTENSEN, C.; ANTHONY, S. D.; ROTH, E. A. **O futuro da inovação**: usando as teorias da inovação para prever mudanças no mercado. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2007.
- CHRISTENSEN, C.; RAYNOR, M. E. **O crescimento pela inovação**: como crescer de forma sustentada e reinventar o sucesso. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2003.
- CORAL, E.; OGLIARI, A.; ABREU, A. F. (org.). **Gestão integrada da inovação**: estratégia, organização e desenvolvimento de produtos. São Paulo: Atlas, 2008.
- DAVENPORT, T. H. **Process innovation: Reengineering work through information technology**. Boston: Harvard Business School Press, 1993.
- DAVILA, T.; EPSTEIN, M. J.; SHELTON, R. **As regras da inovação**. Porto Alegre: Bookman, 2007.
- DOSI, G. Mudança técnica e Transformação Industrial. Campinas: Ed. Unicamp, 2006.
- DRUCKER, P. F. **Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship)**: prática e princípios. São Paulo: Pioneira Thomson, 2008.
- DRUCKER, P. F. **Inovação e Espírito Empreendedor**: práticas e princípios. São Paulo: Pioneira, 1998.
- ETZKOWITZ, H., LEYDESDORFF, L. The dynamics of innovation: from National Systems and 'Mode 2' to a Triple Helix of university-industry-government relations. **Research Policy**, 29, p. 109-123, 2000.
- FAGERBERG, J.; MOWERY, D.C., NELSON, R. (Eds.). **The Oxford Handbook of Innovation**. Oxford: Oxford University Press.
- FIGUEIREDO, P. N. **Gestão da inovação**: conceitos, métricas e experiências de empresas no Brasil. São Paulo: LTC, 2009.
- FLEURY, M. T. L.; FLEURY, A. C. C. **Aprendizagem e inovação organizacional**. São Paulo: Atlas, 2000.
- FREEMAN, C. **The Economics of Industrial Innovation**. London: Pinter Publisher. 1982.
- KANTER, R.; KAO, J.; WIERSEMA, F. **Inovação**: pensamento inovador da 3M, Dupont, GE, Pfizer e Rubbermaid. São Paulo: Negócio Editora, 1998.
- KELLEY, T; LITTMAN, J. **As 10 faces da Inovação**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

- KLING, S. J.; ROSENBERG, N. An Overview of Innovation. In LANDAU, Ralph.; MBC/FINEP/MCT. **Manual de Inovação**. Brasília: MBC, 2008.
- KLING, S. J.; ROSENBERG, N. An Overview of Innovation. In LANDAU, Ralph.; MBC/FINEP/MCT. **Manual de Inovação**. Brasília: MBC, 2008.
- MATTOS, J. R. L.; GUIMARÃES, L. dos S. **Gestão da tecnologia e da inovação: uma abordagem prática**. São Paulo: Saraiva, 2005.
- MBC/FINEP. **Kit metodológico para a Inovação Empresarial**. Brasília: MBC, 2008.
- MOL, M., BIRKINSHAW, J. The sources of management innovation: When firms introduce new management practices. **Journal of Business Research**, 62(12), 1269-1280, 2009.
- MOREIRA, D. A.; QUEIROZ, A. C. S. (org). **Inovação organizacional e tecnológica**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.
- NELSON, R; WINTER, S. Uma teoria evolucionária da mudança econômica. Unicamp, 2005.
- OCDE. **Manual de Oslo**. Diretrizes para a coleta e interpretação de dados sobre Inovação. 3. Ed. Tradução FINEP, 2007. Disponível em: www.finep.org.br.
- OSTROWER, F. **Criatividade e processo de criação**. 24 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- PAVITT, K. “Technologies, products and organization in the innovating firms: what Adam Smith tell us and Joseph Schumpeter doesn’t”. **Industrial and Corporate Change**, 7(3): 433-452, 1998.
- PELAEZ, V.; SZMRECSÁNYI, T, (Org.). **Economia da Inovação Tecnológica**. São Paulo: Hucitec - Ordem dos Economistas do Brasil, 2006.
- PORTER, M. E. The five competitive forces that shape strategy. **Harvard Business Review**, 86, n. 1, jan., 2008.
- PRAHALAD, C. K.; KRISHNAN, M. S. **A nova era da inovação: a inovação focada no relacionamento com o cliente**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- REIS, D. *et al.* **Tecnologia, Estratégia para a Competitividade**. São Paulo: Nobel, 2001.
- REIS, D. **Gestão da Inovação Tecnológica**. 2 ed. São Paulo: Manole, 2008.
- RIBEIRO, G.; CHEROBIM, A. P. M. Z. Environment and innovation: discrepancy between theory and research practice. **RAI Revista de Administração e Inovação**, v. 14, n. 1, pp. 30-40, jan-mar 2017.
- _____. Configuração ambiental: a lacuna entre teoria e prática nos estudos de inovação. **Revista Espacios**, 2017, v. 38(12), mar. 2017.
- ROSENBERG, N.R. [1982]. **Por Dentro da Caixa Preta**. Campinas: Editora da Unicamp. Capítulo 7. 2006.
- SANTOS, J. G. C. dos; VASCONCELOS, A. C. de; DE LUCA, M. M. M. Perfil da inovação e da internacionalização de empresas transnacionais. **RAI Revista de Administração e Inovação**, São Paulo, v. 10, n.1, p. 198-211, Jan/Mar, 2013.
- SCHUMPETER, J. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- SCHUMPETER, J. **The Theory of economic development**. Harvard University Press,

1939.

SILVA, M. F. De O. e; DA SILVA, J. F.; MOTTA, L. F. J. da. A vantagem competitiva das nações e a vantagem competitiva da empresa: o que importa na localização. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 46 (3), pp. 701-720, mai./jun., 2012.

TAKAHASHI, S. **Gestão de Inovação de Produtos**. Rio de Janeiro: Campus. 2007.

TEECE, D. Profiting from technological innovation: implications for integration, collaboration, licencing, and public policy. **Research Policy**, 15(6). pp. 285-305, 1986.

TIDD, J.; BESSANT, J.; **Gestão da Inovação**. 5 ed. Porto Alegre: Bookmann, 2013.

TIDD, J.; BESSANT, J; PAVITT, K. **Managing Innovation: integrating technological, market and organizational change**. 3rd. Ed., Chichester: John Wiley& Sons Ltda., 2005.

TIGRE P. B. **Gestão da Inovação: a economia da tecnologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

UTTERBACK, J. M. **Dominando a dinâmica da inovação**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996.

VIOTTI, E. B.; MACEDO, M. de M. (org). **Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

WEISZ, J. **Projetos de inovação tecnológica: planejamento, formulação, avaliação, tomada de decisões**. Brasília: IEL, 2009.

Métodos Qualitativos	Optativa
EMENTA: Paradigmas e pesquisa qualitativa. Uso de pesquisa qualitativa em administração. Tipos de pesquisa: Etnografia; Pesquisa-Ação; Estudo de caso. Tipos de coleta de dados: Entrevistas; Grupo focal; Pesquisa documental; Relatos a partir de histórias de vida, narrativas, incidentes críticos; Observação participante e não participante. Análise de dados em pesquisa qualitativa: Análise de Conteúdo; Análise de Narrativa; Triangulação de dados.	
Bibliografia: ANGROSINO, M. Etnografia e Observação Participante. In: FLICK, U. Qualidade na Pesquisa Qualitativa . Porto Alegre: Artmed, 2009. Volume: Etnografia. CRESWELL, J. W. <i>Qualitative inquiry and research design: choosing among five traditions</i> . Thousand Oaks: Sage, 2007. BARDIN, L. Análise de conteúdo . São Paulo: Almedina 2011. COGHLAN, D.; BRANNICK, T. Doing action research in your own organization . Thousand Oaks: Sage Publications, 2005. COTTE e KISTRUCK – Discerning marketers’ meanings: depth interviews with sales executives (in Handbook of Qualitative Research Methods in Marketing – cap.35). CRESWELL, J. W. Qualitative inquiry and research design: choosing among five traditions . Thousand Oaks: Sage, 1998. CRESWELL, J.W. Métodos de Pesquisa: Projeto de Pesquisa – métodos qualitativo, quantitativo e misto . Porto Alegre: Artmed, 2007.	

CUNHA, J.A.C.; YOKOMIZO, C.A.; BONACIM, C.A. Miopias de uma Lente de Aumento: as Limitações da Análise de Documentos no Estudo das Organizações. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2010, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Anpad, 2010.

DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y. S. e colaboradores (2. ed.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Bookman e Artmed, 2006, p. 15-41.

DIEFENBACH, T. Are case studies more than sophisticated storytelling? Methodological problems of qualitative empirical research mainly based on structured interviews. *Qual Quant*, 43, 875-894, 2009.

EDEN, C.; HUXHAM, C. *Essential skills for management research*. 2nd. ed. London: Sage Publications, 2002. Capítulo 13: actionresearch, p. 254-272.

FLICK, U. *Qualidade na Pesquisa Qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2009. Volume: Desenho da Pesquisa Qualitativa. Cap. 3(p. 43-55, sobre amostragem, seleção e acesso).

FRANCO, M.L. *Análise de conteúdo*. Brasília, Liber Livro, 2008.

GIBBERT, M.; RUIGROK, W.; WICKI, B. *What passes as a rigorous case study?* *Strategic Management Journal*, 29, 1465-1474, 2008.

GODOY, A. Estudo de caso qualitativo. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos*. São Paulo: Saraiva, 2006.

GODOY, A.S. A Pesquisa Qualitativa e sua Utilização em Administração de Empresas. *RAE – Revista de Administração de Empresas*, v. 35, n. 4, p. 65-71, Jul.\Ago, 1995.

GODOY, A.S. Introdução à Pesquisa Qualitativa e Suas Possibilidades. *RAE – Revista de Administração de Empresas*, v. 35, n. 2, p. 57-63, Mar.\Abr, 1995.

GODOY, A.S. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. *RAE – Revista de Administração de Empresas*, v. 35, n. 3, p. 20-29, Mai.\Jun, 1995.;

GOLDMAN, A.E.; MCDONALD, S.S. *The Group Depth Interview: principles and practice*. EnglewoodCliffs, Prentice-Hall, 1987.

JAIME JUNIOR, P. *Pesquisa em organizações: por uma abordagem etnográfica*. Civitas, v. 3, n. 2, 2003.

KEMMIS, S.; McTAGGART, R. Participatory action research. In: DENZIN, N.K.; LINCON, Y.S. *The handbook of qualitative research*. 2. ed. Thousand Oaks, CA: Sage Publications Inc., 2000.

KOHLBACHER, F. The use of qualitative content analysis in case study research. *Forum: Qualitative Social Research*, 7, 1, 2006.

MERRIAM, S.B. *Qualitative Research: a guide to design and implementation*. 2009.

MORGAN, G.; SMIRCICH, L. The case for qualitative research. *Academy of Management Review*, v. 5, n. 4, p. 491-500, 1980.

NOVAES, M.B.C.; NOGUEIRA, A.C.; AMARO, R.A. O Pensamento de Anthony Giddens como um Alicerce Metodológico para a Pesquisa-Ação: Estruturas, Agentes, Ação e Transformação. In: VI Encontro de Estudos Organizacionais, 2010, *Anais...* Florianópolis. VI EnEO, 2010.

- PRETTO, M.R.; MILAN, G.S. Estratégias de Manufatura: uma Pesquisa-Ação em uma empresa do segmento metal-mecânico. *READ*, Edição 53, v.12, n.5, ago-set, 2006.
- REASON, P.; BRADBURY, H. *Handbook of action research: participative inquiry & practice*. Thousand Oaks: SagePublications, 2001.
- ROCHA, A.; ROCHA, E. Paradigma interpretativo nos estudos de consumo: retrospectiva, reflexões e uma agenda de pesquisas para o Brasil. *Revista de Administração de Empresas*, 47, 1, 71-78, 2007.
- ROSEN, M. Coming to terms with the field: undertandingan doing organizational ethnography. *Journal of Management Studies*. v.28, p. 1-24, jan. 1991.
- SEIDMAN, I. *Interviewing as Qualitative Research*. New York, Teachers College Press, 1998.
- STAKE, R. E. Qualitative case studies. In: DENZIN, N. K. and LINCOLN, Y. S. *Handbook of Qualitative Research*. 3rd. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2005, p. 443-466.
- STAKE, R. E. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Porto Alegre: Penso, 2011.
- STRINGER, E. T. *Action research: a handbook for practitioners*: Sage Publications, 1996.
- THIOLLENT, M. *Metodologiada pesquisa-ação*. 18ª. ed. São Paulo: Cortez Ed., 2011.
- TURETA, C.; ALCADIPANI, R. Entre o Observador e o Integrante da Escola de Samba: Os Não-Humanos e as Transformações Durante uma Pesquisa de Campo. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2010, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Anpad, 2010.
- VELHO, G.; KUSCHNIR, K. *Pesquisas Urbanas: desafio do trabalho antropológico*. Rio de Janeiro, Zahar, 2003.
- VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. (org.). **Pesquisa qualitativa em Administração**. Rio de Janeiro: FVG, 2006.
- VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. (org.). **Pesquisa qualitativa em Administração: teoria e prática**. Rio de Janeiro: FVG, 2005.
- YIN, R. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.
- YIN, R.K. *Qualitative Research from Start to Finish*. New York: The Guilford Press, 2011.

Métodos Quantitativos	Optativa
<p>Ementa:Análise Exploratória de Dados, Teoria de probabilidade e distribuições teóricas, Inferência estatística e Amostragem; Estimacão, Métodos paramétricos e não paramétricos uni e bivariados, Regressão e Correlacão, Análise Conjunta e Análise de Agrupamentos, Análise Multivariada de Dados, Utilizacão de software para análises estatísticas.</p>	
<p>Bibliografia:</p> <p>BELFIORE, P. Estatística aplicada a administração, contabilidade e economia com</p>	

Excel® e SPSS®. 2015.

BERENSON, Mark L.; LEVINE, D. M.; STEPHAN, David. **Estatística: teoria e aplicações usando Microsoft Excel em português.** 2005.

BRUNI, Adriano Leal. **SPSS-Guia prático para pesquisadores.** São Paulo: Atlas, p. 280, 2012.

CONCEIÇÃO, Mário José da. Leitura crítica dos dados estatísticos em trabalhos científicos. **Rev. Bras. Anesthesiol.**, Jun 2008, vol.58, no.3, p.260-266.

CORRAR, Luiz J.; PAULO, Edilson; DIAS FILHO, José Maria. **Análise multivariada: para os cursos de administração, ciências contábeis e economia.** São Paulo: Atlas, p. 280-323, 2007.

COSTA, F. J. **Mensuração e desenvolvimento de escalas: aplicações em Administração.** Rio de Janeiro, 2011.

HAIR, Joseph F. et al. **Análise multivariada de dados.** Bookman Editora, 2009.

LEVINE, David M., BERENSON, Mark L. & STEPHAN, David. **Estatística: teoria e aplicações usando Microsoft Excel em português.** Rio de Janeiro: LTC, 2000.

LOCK, R. H. et al. **Estatística: Revelando o Poder dos Dados.** Rio de Janeiro: LTC Livros Técnicos e Científicos Ltda., 2017.

MAROCO, João. **Análise estatística com utilização do SPSS.** 2007.

MESQUITA, JMC de; MARTINS, Henrique Cordeiro. **Estatística multivariada aplicada à administração: guia prático para utilização do SPSS.** Curitiba: CRV, 2010.

MINGOTI, Sueli Aparecida. **Análise de dados através de métodos de estatística multivariada: uma abordagem aplicada.** Editora UFMG, 2005.

NEUFELD, John L. **Estatística aplicada à administração usando Excel.** São Paulo: Prentice Hall, 2003.

SEWARD, Lori E.; DOANE, David P. **Estatística Aplicada à Administração e Economia.** AMGH Editora, 2014.

SWEENEY, Dennis J.; WILLIAMS, Thomas A.; ANDERSON, David R. **Estatística aplicada à administração e economia.** São Paulo, CENGAGE Learning, 2013.

VELLEMAN, P. F. et al. **Estatística Aplicada: Administração, Economia e Negócios.** Porto Alegre: BOOKMAN COMPANHIA ED, 2011.

Políticas Públicas	Optativa
Ementa: Estado: conceitos e diferentes concepções históricas. O Estado e as formas de governo. Histórico da administração das políticas públicas no Brasil e no mundo. Elementos do Estado Moderno e a separação e organização dos poderes. Princípios constitucionais da administração pública. Inovação e políticas públicas.	
Bibliografia: BOBBIO, N. Estado, Governo e Sociedade. Para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2007.	

BOBBIO, N; BOVERO, M. **Sociedade e Estudo na Filosofia Política Moderna**. 4ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado Federal, 1988.

BRESSER PEREIRA, L. C; SPINK, P. K (orgs). **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

DALLARI, D. de A. **Elementos da Teoria Geral do Estado**. 30 edição. São Paulo: Saraiva, 2011.

DE NEGRI, J. A.; KUBOTA, L. C. (Orgs.) **Políticas de Incentivo à Inovação Tecnológica**. Brasília: IPEA, 2008.

HEIDEMAMM, F. G.; SALM, J. F. **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: Editora UnB, 2009.

HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

HOWLETT, M.; RAMESH, M. & PERL, A. **Studying public policy: policy cycles and policy subsystems**; 3rd. ed.; Oxford: Oxford University Press, 2009.

KERSTENETZKY, C. L. **O Estado do Bem-Estar Social na Idade da Razão**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MORAES, A. **Direito Constitucional**. 24 edição. São Paulo: Atlas, 2009.

NEWMAN, J.; CLARKE, J. **Publics, Politics and Power: remaking the public in public services**. London, SagePublications, 2009.

OECD. Manual de Oslo: **Diretrizes para Coleta e Interpretação de dados sobre inovação**. 3ª ed. São Paulo: Finep, 1997.

PETERS, G & PIERRE, J. (orgs.) **Administração pública: coletânea**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: ENAP, 2010.

SCHAMIS, H. F. **Re-Forming the State: the politics of privatization in Latin America and Europe**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2002.

STEIN, E. (org.). **A política das políticas públicas: progresso econômico e social na América Latina**. Relatório 2006. 2ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

TAVARES, A. R. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2002.

VILLANUEVA, L. F. A. **Antologías de Política Pública**. México: Miguel Angel Porrúa, 2000.

WEBER, M. **Ensaio da sociologia**. 5ª edição. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

Empreendedorismo na Administração Pública	Optativa
Ementa: Conceitos e teorias sobre Empreendedorismo. Empreendedorismo Social. Intraempreendedorismo. Empreendedorismo Corporativo. Orientação empreendedora.	

Empreendedorismo e sustentabilidade. Empreendedor como agente de inovação e criação de novos negócios. Plano de negócio. Fontes de financiamento. Startups. Empreendedorismo no setor público. Ecossistemas empreendedores.

Bibliografia:

ÁCS, Z. J.; AUDRETSCH, D. B. **Handbook of entrepreneurship research: An interdisciplinary survey and introduction.** New York: Springer, 2011.

BLANK, S. Why the lean start-up changes everything. **Harvard Business Review**, v.91, n.5, p. 64-68. 2013.

CASTELLS, M. A. **Sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

Coletânea de Autores Clássicos e contemporâneos: Schumpeter, J. Teoria do Desenvolvimento Econômico, 1926 e Maclelland, D. Need of Achievement 1962, Timmons, 1986.

COVIN, J. G.; LUMPKIN, G. T. Entrepreneurial orientation theory and research: Reflections on a needed construct. **Entrepreneurship Theory and Practice**, v. 35, n.5, p.855-872, 2011.

DACIN, P. A.; DACIN, M. T.; MATEAR, M. Social entrepreneurship: Why we don't need a new theory and how we move forward from here. **The academy of management perspectives**, v.24, n.3, p.37-57, p. 2010.

DEAN, T. J.; MCMULLEN, J. S. Toward a theory of sustainable entrepreneurship: Reducing environmental degradation through entrepreneurial action. **Journal of business venturing**, v.22, n.1, p. 50-76, 2007.

EMMENDOERFER, M.; VALADARES, J. L. Analysis of the public entrepreneurship phenomenon in a Brazilian state. **Tourism & Management Studies**, v.10, número especial, p.43-48, 2014.

GEM. Empreendedorismo no Brasil: 2014. Curitiba: IBQP, 2014. Disponível em: <http://www.ibqp.org.br/upload/tiny_mce/Download/Empreendedorismo_no_Brasil_-_GEM_Global_Entrepreneurship_Monitor_2014.pdf>. Acesso em 20 Nov. 2015.

GIMENEZ, F. A. P. et al. Abordagem das configurações: dimensões do indivíduo, empreendedorismo e contexto em empresas no estágio inicial. **Revista RAUNP**, v. 6, n. 2, p. 29-52, 2014.

GUIMARÃES, S. M. K.; AZAMBUJA, L. R. Empreendedorismo high-tech no Brasil: condicionantes econômicos, políticos e culturais. **Revista sociedade e estado**, v. 25, n. 1, p. 93-121, 2010.

GUIMARÃES, S. K. High-tech entrepreneurship in Brazil in the knowledge intensive business services. 2010. Disponível em: <<http://search.proquest.com/docview/754038672?accountid=26636>>. Acesso em 24 Set. 2013.

INÁCIO JÚNIOR, E. et al. Analysis of the Brazilian entrepreneurial ecosystem. **Desenvolvimento em questão**, v. 14, n. 37, p. 5-36, 2016.

LAPOLLI, E. M.; GOMES, R. K. Práticas intraempreendedoras na gestão pública: um estudo de caso na Embrapa. **Estudos avançados**, v.31, n.90, p.127-142, 2017.

MACIEL, C. de O.; DAMKE, E. J.; CAMARGO, C. Abordagem das configurações nos estudos em empreendedorismo: críticas, oportunidades e desafios metodológicos. *Perspectivas contemporâneas*, v. 4, n. 2, p. 38-57, 2009.

McCANN, B. T.; VROOM, G. Opportunity evaluation and changing beliefs during the nascent entrepreneurial process. **International small business journal**, v. 33, p. 612-637, 2015.

PINCHOT, G. *Intrapreneuring. Por que você precisa deixar a empresa para tornar-se um empreendedor*. São Paulo: Harbra, 1989.

PINCHOT, G.; PELLMAN, R. **Intraempreendedorismo na prática: um guia de inovação nos negócios**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

SANTANA, A. L. J. M.; SOUZA, L. M. (orgs.) **Empreendedorismo como foco em negócios sociais**. Curitiba: NITS UFPR, 2015. 172p.

SEBRAE. Aprenda a fazer um plano de negócio. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mg/artigos/aprenda-a-fazer-um-plano-de-negocio,30a20170a8c86410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso em 12 mar. 2018.

Finanças e Orçamento Público	Optativa
EMENTA: Atribuições Econômicas do estado. Administração Pública. Planejamento Governamental. Receita Pública. Despesa Pública. Fontes e Destinação de Recurso. Procedimentos Contábeis Orçamentários. Política fiscal. Estrutura e crescimento dos gastos públicos. Orçamento público: princípios, estrutura e classificações. Ciclos orçamentários. Elaboração do orçamento: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Controle e execução. Princípios gerais da Lei de Responsabilidade Fiscal.	
Bibliografia: ALBUQUERQUE, Claudiano; MEDEIROS, Marcio; FEIJÓ, Paulo Henrique. Gestão de Finanças Públicas: Fundamentos e Práticas de Planejamento, Orçamento e Administração Financeira com Responsabilidade Fiscal . Brasília, 2008. AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre variação da participação no Brasil democrático. In: Revista OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol.14, N.1, Junho 2008, p.43-64. BALEEIRO, A. Uma Introdução à Ciência das Finanças . 18 ed. São Paulo: Saraiva, 2012. BARZELAY, Michael. The Process Dynamics of Public Management Policy-Making, International Public Management Journal , v. 6, n. 3, pp. 251-81, 2003. BÁSICA GIACOMONI, James. Orçamento público . 14 ed. São Paulo: Atlas, 2009.	

BRASIL. **Lei Federal 4.320/64**. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração dos orçamentos de balanços da União, dos estados, dos municípios e do distrito federal.

BRASIL. Senado Federal. **Especial cidadania**: para entender o orçamento. Brasília, 2006.

_____. *Decreto-lei n. 2.416*, de 17 de julho de 1940. Aprova a codificação das normas financeiras para os Estados e Municípios. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Decreto-Lei/1937-1946/Del2416.htm> . Acesso em: 20 maio 2010.

_____. *Lei n. 4.320*, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm . Acesso em: 20 maio 2010.

_____. *Lei Complementar n. 101*, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm . Acesso em: 20 maio 2010.

_____. *Lei n. 11.107*, de 6 de abril de 2005. Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11107.htm . Acesso em: 20 maio 2010.

_____. *Lei n. 11.653*, de 7 de abril de 2008a. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008/2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11653.htm . Acesso em: 20 maio de 2010.

_____. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, de 05 de maio de 2000.

_____. Constituição (1988): Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Seção IIDos Orçamentos (artigos 165 a 169).

CARVALHO, José Carlos Jacob de. PINHEIRO, Maurício M. Saboya. PÊGO FILHO, Bolívar. BIZARRIA, José Hamilton de O. **Finanças públicas brasileira**: algumas questões e desafios no curto e no médio prazos. Texto de Discussão 977. IPEA. Brasília, agosto de 2003.

COSTA, Giovanni; FREIRE, Fátima; GARTNER, Ivan R.; CLEMENTE, Ademir. As escolhas públicas orçamentárias federais no PPA 2008-2011: uma análise da perspectiva do modelo principal-agente. In: Revista de Administração Pública — Rio de Janeiro 47(5):1089-116, set./out. 2013.

CREPALDI, Silvio Aparecido e CREPALDI, Guilherme Simões. **Orçamento Público**: Planejamento, Elaboração e Controle. Ed. Saraiva, 1 ed., 2013.

EDOZZI, Luciano. **Orçamento Participativo e esfera pública**: elementos para um debate conceitual. In: Fischer, N. e Moll J. (orgs.) Por uma nova esfera pública. Petrópolis: Vozes,

2011.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. Ed. Atlas, 16ª Edição, 2012.

GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Cláudia de. **Finanças públicas: teoria e prática no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

MUSGRAVE. **Finanças públicas: teoria e prática**. São Paulo: Campus, 1980.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio; TIMBÓ, Maria Zulene Farias. **Contabilidade Pública – Uma Abordagem da Administração Financeira Pública**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

RIANI, Flávio. **Economia do Setor Público: Uma abordagem introdutória**. São Paulo, Atlas, 2002.

ROCHA, Arlindo Carvalho. O Processo Orçamentário Brasileiro como Instrumento de Accountability. **Anais do III EnAPG-2008**. Salvador: novembro de 2008.

ROSA, Maria Berenice Rosa. **Contabilidade do Setor Público**. 2. ed. São Paulo. Atlas, 2013. Capítulos 1-9.

SILVA, Fernando Resende da. **Finanças públicas**: São Paulo: Atlas, 2001.

VIGNOLI, Francisco Humberto. Legislação e execução orçamentária. In: ARVATE, Paulo Roberto; BIDERMAN, Ciro (org.). **Economia do Setor Público no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2004.

Gestão de Projetos na Educação Profissional Tecnológica - EPT	Optativa
Ementa: Fundamentos da Gestão de Projetos (Conceitos básicos, Ciclo de vida, Fases de Projeto); PMBOK e suas áreas de conhecimento (Escopo, Tempo, Custo, Aquisição, Qualidade, Riscos, Recursos Humanos, Partes envolvidas, Comunicação e Integração); Métodos Ágeis (Project Model Canvas, Scrum e Kanban); Gestão de Portfólios.	
Bibliografia: BARCAUI, A. PMO - Escritórios de Projetos, Programas e Portfólio na prática . Ed. Brasport. 2012. FINOCCHIO JUNIOR, J. Project Model Canvas: Gerenciamento de Projetos . Ed. Campus, 2013. VARGAS, R. Gerenciamento de projetos: estabelecendo diferenciais competitivos . 8º Edição. Rio de Janeiro: Brasport, 2016. CICMIL, S. GAGGIOTTI, H. Responsible forms of project management education: Theoretical plurality and reflective pedagogies. <i>International Journal of Project Management</i> Volume 36, Issue 1, 2018. COHM, M. <i>Agile Estimating and Planning</i> . Pearson Education, 2006. GEMÜNDENA, H. G., LEHNERB, P., KOCKC. A. The project-oriented organization and its contribution to innovation. <i>International Journal of Project Management</i> Volume 36, Issue 1, 2018. HIGHSMITH, J. Agile Project Management . 2010. 2ª edição. Pearson Education.	

KREBS, J. Agile Portfolio Management. 2009. Microsoft Press.

MAXIMIANO, A. C. A. **Administração de projetos**: como transformar ideias em resultados. São Paulo: Atlas, 2014.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. Guia do conhecimento em gerenciamento de projetos (guia PMBOK). 6ª ed. Ed.: PMI, 2018.

PAPKE-SHIELDS K., BOYER-WRIGHT, K. M. Strategic planning characteristics applied to project management. **International Journal of Project Management** Volume 35, Issue 2, 2017.

THIRY-CHERQUES, H. R., Pimenta, R. C. **Gestão de programas e projetos públicos**. Ed. FGV: São Paulo, 2014.

Gestão por Processos na Administração Pública	Optativa
--	-----------------

Ementa: Contextualização dos Processos Organizacionais. Alinhamento dos Processos às Estratégias. Processos Organizacionais. Levantamento, mapeamento e modelagem de processos. Análise de Processos Organizacionais. Gestão de Processos Organizacionais. Gestão de Processos nas Organizações Públicas. Técnicas de Avaliação por Indicadores de Desempenho. Ferramentas utilizadas em gestão de processos.

Bibliografia:

ABPMP BRASIL. **Guia para o gerenciamento de Processos de Negócios**. BPM eBook v 3.0. Corpo Comum de Conhecimentos. 3ª. Ed. 2013.

BALDAM, Roquemar de Lima. **Gerenciamento de processo de negócio: BPM - Business Process Management**. São Paulo: Érica, 2007.

BALDAM, Roquemar; VALLE, Rogério, ROZENFELD, Henrique. **Gerenciamento de processos de negócios - BPM: uma referência para implantação prática**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

BROCKE, J. V. ROSEMANN, M. **Manual de BPM: gestão de processos de negócios**. Porto Alegre, Bookman, 2013.

CAMPOS, André. **Modelagem de processos com BPMN**. São Paulo, Brasport, 2013.

CURY, A. **Organização e Métodos: uma visão holística**. 9ª. Ed. São Paulo, Atlas, 2017.

LAURINDO, Fernando J. Barbin; ROTONDARO, Roberto Gilioli. **Gestão integrada de processos e da tecnologia da informação**. São Paulo: Atlas, 2012.

ROSEMANN, M. **Handbook on business process management 1: introduction, methods and information systems**. Berlin, Heildenberg: Springer, 2010.

ROSEMANN, M. **Handbook on business process management 2: strategic alignment, governance, people and culture**. Berlin, Heidelberg: Springer, 2010.

SENGE, Peter. **A quinta disciplina: a arte e a prática da organização**. 24. ed. Rio de Janeiro: Best Seller, 2008

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão socioambiental: estratégias na nova era da sustentabilidade / Takeshy Tachizawa**, Rui Otávio Bernardes de Andrade. - Rio de Janeiro:

Elsevier, 2008.

Gestão de Pessoas na Administração Pública	Optativa
<p>Ementa: Diagnóstico e Planejamento em Gestão de Pessoas. Gestão estratégica de Pessoas. Gestão por Competências. Cargos, remuneração e carreiras. Evolução da Gestão de Pessoas na Administração Pública. Políticas de Gestão de Pessoas. Gestão do Desempenho. Liderança. Qualidade de Vida no Trabalho. Comportamento humano nas organizações. Gestão do Conhecimento. Cultura Organizacional em ambientes de mudança. Clima Organizacional. Motivação. Ética. Gestão da Diversidade. Formação e gerenciamento de equipes. Administração de Conflitos e Negociação. Comunicação e relacionamento interpessoal. Práticas emergentes em gestão de pessoas nas organizações públicas contemporâneas.</p>	
<p>Bibliografia:</p> <p>BANDEIRA, Emanuella Lustosa et al. Estado da arte sobre gestão de pessoas no setor público: panorama dos estudos realizados entre 2005 e 2014. Encontros Universitários da UFC, v. 1, n. 1, p. 1213, 2015.</p> <p>BERMAN, Evan M. et al. Human resource management in public service: Paradoxes, processes, and problems. Sage, 2012.</p> <p>BUFORD, James Ansel; LINDNER, James R. Human resource management in local government: Concepts and applications for HRM students and practitioners. South-Western Pub, 2002.</p> <p>CAMÕES, Marizaura Reis de Souza Organizadora; FONSECA, Diogo Ribeiro da; PORTO, Valéria. Estudos em gestão de pessoas no serviço público. Cadernos ENAP, n. 37, 2014.</p> <p>CAMÕES, Marizaura Reis de Souza; MENESES, Pedro Paulo Murce. Gestão de pessoas no governo federal: análise da implementação da política nacional de desenvolvimento de pessoal. Cadernos ENAP, n. 45, 2016.</p> <p>CARMO, L. J. O.; DE ASSIS, L. B.; SANCHES JÚNIOR, P. F. Gestão Estratégica de Pessoas no Setor Público: um estudo de caso sobre limites e possibilidades em uma autarquia. XXXVIII Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro: 2014.</p> <p>CONDREY, Stephen E. (Ed.). Handbook of human resources management in government. John Wiley & Sons, 2005.</p> <p>ROCHA, José Antônio de Oliveira. Gestão de recursos humanos na Administração Pública. Escolar Editora, 2007.</p> <p>FREDERICKSEN, Elizabeth D. et al. Human resource management: The public service perspective. Routledge, 2015.</p> <p>FREIRE, Alessandro; PALOTTI, Pedro. Servidores públicos federais: novos olhares e perspectivas. Cadernos ENAP, n. 42, 2015.</p> <p>PINTO, M. C. F.; SILVA, F. M. Gestão de Pessoas na Administração Pública Brasileira: uma análise sobre sua evolução histórica e o atual contexto em transformação. Revista Eletrônica do TCE, 1(2), 2015.</p>	

ROSA, Cristina Gouveia; VACOVSKI, Eduardo. Gestão de pessoas no setor público: avaliação de desempenho. **Gestão Pública**, v. 7, n. 4, 2017.

SILVA, F. M; MELLO, S. P. T. A noção de competência na gestão de pessoas: reflexões acerca do setor público. *Revista do Serviço Público*, 62(2): 167-183, 2011.

SIQUEIRA, Marcus Vinicius Soares; MENDES, Ana Magnólia. Gestão de pessoas no setor público e a reprodução do discurso do setor privado. **Revista do Serviço Público**, v. 60, n. 3, p. 241-250, 2014.

SISTARE, Hannah S.; SHIPLETT, Myra Howze; BUSS, Terry F. **Innovations in Human Resource Management: Getting the Public's Work Done in the 21st Century**. M.E. Sharpe, 2009.

STEPANSKI, Isabel; COSTA, Maria Eugênia. **Aspectos comportamentais na gestão de pessoas**. Curitiba: IESDE Brasil SA , 2012.

TEIXEIRA, H.; BASSOTTI, I.; SANTOS, T. **Contribuições para a gestão de pessoas na administração pública**. São Paulo: FIA, USP, 2013.

TEIXEIRA, Hélio Janny; BASSOTI, Ivani Maria e SANTOS, Thiago Souza (ORG): **Mérito, Desempenho e Resultados**: ensaios sobre gestão de pessoas para o setor público. 1 ed. – São Paulo: FIA/USP, 2014.

TRESCASTRO, S. **Gestão estratégica de pessoas e balancedscorecard em organizações públicas**. *Análise*, 16(2): 265-284, 2005.

Gestão Estratégica	Optativa
Ementa: Administração Estratégica. Planejamento estratégico como instrumento de gestão. Análise de <i>stakeholders</i> . O pensamento estratégico aplicado à gestão governamental: políticas, programas e projetos. O método Balanced Scorecard aplicado ao setor público. Análise de cenários. Formulação, implementação e controle da estratégia.	
Bibliografia: ALDAY, H. E. C. O planejamento estratégico dentro do conceito de administração estratégica. Revista da FAE , v. 3, n. 2, 2000. ALMEIDA, M. I. R. Manual de Planejamento Estratégico . São Paulo: Atlas, 2003. BLONSKI, F. et al. O Controle Gerencial na Perspectiva do New Public Management: O Caso da Adoção do Balanced Scorecard na Receita Federal do Brasil. Administração Pública e Gestão Social , v. 1, n. 1, p. 15-30, 2017. CARDOSO JR., J. C. (org.). A Reinvenção do Planejamento Governamental no Brasil . Brasília: IPEA, 2011. CARDOSO JR, J.C.; CUNHA, A. S. (org.). Planejamento e Avaliação de Políticas Públicas . 1. ed. Brasília: Ipea, 2015. v. 1. 475p. CARDOSO JR., J. C. & GARCIA, R. C. (orgs.). Planejamento Estratégico Governamental em Contexto Democrático: lições da América Latina . Brasília: Enap, 2014.	

CORRÊA, I. M. Planejamento estratégico e gestão pública por resultados no processo de reforma administrativa do estado de Minas Gerais. **Revista de Administração Pública**, v. 41, n. 3, p. 487-504, 2007.

COSTA, E.A. **Gestão Estratégica**. São Paulo: Saraiva, 2002.

ELBANNA, S.; ANDREWS, R.; POLLANEN, R. Strategic planning and implementation success in public service organizations: Evidence from Canada. **Public Management Review**, v. 18, n. 7, p. 1017-1042, 2016.

FAVOREU, C.; CARASSUS, D.; MAUREL, C. Strategic management in the public sector: a rational, political or collaborative approach?. **International Review of Administrative Sciences**, v. 82, n. 3, p. 435-453, 2016.

FERNADES, A G. **Balanced Scorecard aplicado à administração pública: uma proposta de planejamento estratégico para o Departamento de Administração e Economia da Universidade Federal de Lavras**. 2013. 193 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Administração Pública, Ufla, Lavras, 2013.

FERNANDES PINTO, R. et al. A pesquisa em administração estratégica: um estudo bibliométrico em periódicos internacionais de estratégia no período de 2008 a 2013. **Revista Ibero Americana de Estratégia**, v. 15, n. 2, 2016.

FREITAS, J. S. et al. Perspectivas Teóricas do Mainstream da Administração Estratégica: Uma Meta-Síntese. **Revista Inteligência Competitiva**, v. 7, n. 1, p. 154-182, 2017.

GULLEDGE Jr. T. R.; SOMMER, R. A. Business process management: public sector implications. **Business Process Management Journal**, v. 8, no. 4, 2002.

HEIJDEN, K. V. D. **Planejamento de Cenários: a arte da conversação estratégica**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

HENDERSON, B. D. The origin of strategy. **Harvard business review**, v. 67, n. 6, p. 139-143, 1989.

HITT, M. A.; IRELAND, R. D. HOSKISSON, R. E. **Administração estratégica**. Pioneira Thomson Learning, 2002.

HÖGLUND, L. et al. Strategic Management in the Public Sector-How Tools Enable and Constrain Strategy-Making. **International Public Management Journal**, n. just-accepted, 2018.

JOHNSEN, Å. Balanced scorecard: theoretical perspectives and public management implications. **Managerial auditing journal**, v. 16, n. 6, p. 319-330, 2001.

JOHNSEN, Å. Strategic management thinking and practice in the public sector: A strategic planning for all seasons?. **Financial Accountability & Management**, v. 31, n. 3, p. 243-268, 2015.

KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. Using the balanced scorecard as a strategic management system. **Harvard Business Review**, v.74, n.1, p.75-85,1996.

LIMA, P. D. B. **A Excelência em gestão pública: a trajetória e a estratégia do GESPÚBLICA**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.

LONGO, F.; ROTOLO, A. Promoting programme gap awareness as a method of effective public strategic management. **Public Management Review**, v. 18, n. 3, p. 349-368, 2016.

MACHADO, M. L.; TAYLOR, J. S.; FARHANGMEHR, Minoo. The perceived status of strategic planning in portuguese higher education institutions. **Revista Diálogo Educacional**,

v. 4, n. 11, p. 167-182, 2017.

MAZOUZ, B.; ROUSSEAU, A.; WITH THE COLLABORATION OF PIERRE-ANDRÉ HUDON. Strategic management in public administrations: a results-based approach to strategic public management. **International Review of Administrative Sciences**, v. 82, n. 3, p. 411-417, 2016.

MINTZBERG, H. **Ascensão e queda do planejamento estratégico**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

MINTZBERG, H.; AHLSTRAND B.; LAMPEL, J. **Safári de Estratégia**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

MOORE, M. H. **Criando valor público: gestão estratégica no governo**. Brasília, ENAP, 2002.

NOTO, G.; NOTO, L. Local Strategic Planning and Stakeholder Analysis: Suggesting a Dynamic Performance Management Approach. **Public Organization Review**, p. 1-18, 2018.

PETERS, G. e PIERRE, J (orgs.). **Administração pública – Coletânea**. ENAP, Brasília, 2011.

POISTER, T. H. The future of strategic planning in the public sector: Linking strategic management and performance. **Public Administration Review**, v. 70, n. s1, 2010.

POLLANEN, R. et al. Relationships between strategic performance measures, strategic decision-making, and organizational performance: empirical evidence from Canadian public organizations. **Public Management Review**, v. 19, n. 5, p. 725-746, 2017.

PORTER, Michael E. What is strategy? **Harvard Business Review**, 1996.

ROSENBERG HANSEN, J.; FERLIE, E. Applying strategic management theories in public sector organizations: Developing a Typology. **Public Management Review**, v. 18, n. 1, p. 1-19, 2016.

VALMOHAMMADI, C.; AHMADI, M. The impact of knowledge management practices on organizational performance: A balanced scorecard approach. **Journal of Enterprise Information Management**, v. 28, n. 1, p. 131-159, 2015.

WOLF, C.; FLOYD, S. W. Strategic planning research: Toward a theory-driven agenda. **Journal of Management**, v. 43, n. 6, p. 1754-1788, 2017.

10. QUANTIDADE DE VAGAS OFERTADAS POR TURMA

A oferta de vagas será anual e serão ofertadas 16 vagas por turmas, estando incluídas nestas as cotas para pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência estabelecidas em cada estado brasileiro. Além disso, 4 das 16 vagas disponíveis por turma serão destinadas aos colaboradores dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

11. SOBRE O REGULAMENTO DO CURSO

O regulamento do ProfADM é apresentado em arquivo separado. Neste documento, será possível identificar critérios de seleção de candidatos e de conclusão do curso, critérios para a adesão de instituições associadas, bem como outras informações relevantes acerca da dinâmica de condução do ProfADM.

12. REFERÊNCIAS

BRASIL/MEC. **Educação Profissional** – referências curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/introduc.pdf>. Acesso em 31/03/2018.

BRASIL/MEC/SUCUPIRA. **Resultado da avaliação quadrienal 2017**. Disponível em <http://avaliacaoquadrienal.capes.gov.br/resultado-da-avaliacao-quadrienal-2017-2>. Acesso em 29/3/2018.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 2208 de 17 abril de 1997**. Brasília: Presidência da República, 1997. Disponível em <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/254359.pdf>. Acesso em 27/02/2018.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 6.545, de 30 de junho de 1978**, que dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Publicado no Diário Oficial da União em 04 de julho de 1978. Seção 2, p. 10233. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6545-30-junho-1978-366492-norma-pl.html>. Acesso em 27/02/2018.

_____. **Lei nº 8.711, de 28 de setembro de 1993**, que dispõe sobre a transformação da Escola Técnica Federal da Bahia em centro federal de educação tecnológica e dá outras providências. Publicado no diário oficial da união em 29 de setembro de 1993. p. 14533. Disponível em http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/1989_1994/L8711.htm. Acesso em 24/02/2018.

_____. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília: Presidência da República, 2008. Disponível em <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/724044.pdf>. Acesso em 23/02/2018**

INSTITUTOS FEDERAIS/CONIF. **Instituições parceiras**. Disponível em <http://portal.conif.org.br/br/internacional/instituicoes-parceiras>. Acesso em 01.04.2018.

CASTANHO, Sérgio. **Educação e trabalho no Brasil colônia**. s/d

CUNHA, Luiz Antonio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: Unesp, 2000.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: SENAI-DN-DPEA, v.1, 1962.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

KUENZER, Acácia Z. **Pedagogia da Fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador**. 4ª ed. Ver. São Paulo: Cortez, 1995.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez editora, 2003.